

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Antropologia

Lucas Vanni

**FLUXOS, CONVERSÕES E LIBERTAÇÃO EM UMA COOPERATIVA DE
RECICLAGEM DE PORTO ALEGRE**

Porto Alegre

2017

LUCAS VANNI

Fluxos, conversões e Libertação em uma cooperativa de reciclagem de Porto Alegre

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Steil

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Valente Dullo (UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina de Moura Carvalho (UFRGS)

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Vanni, Lucas

Fluxos, conversões e Libertação em uma cooperativa de reciclagem de Porto Alegre / Lucas Vanni. -- 2017. 64 f.

Orientador: Carlos Alberto Steil.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Antropologia Social. 2. Antropologia da Religião. 3. Teologia da Libertação. 4. Ecologia. 5. Lixo. I. Steil, Carlos Alberto, orient. II. Título.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar de que forma valores ecológicos são incorporados a uma cosmologia católica orientada pela Teologia da Libertação e pela experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo etnográfico em uma cooperativa de reciclagem na zona norte de Porto Alegre, a Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem (CEAR) Sepé Tiaraju. Seguindo a proposta de Tim Ingold, foram analisados os fluxos que compõem essa cooperativa, a fim de compreendê-la a partir do conceito de "malha". Dessa malha não foram excluídos os materiais, dando-se especial atenção ao lixo que é triado na CEAR, o qual foi compreendido como "coisa", de acordo com a noção apresentada por Ingold. Foram analisadas as relações da Cooperativa com o Estado, com empresas privadas e com professores e estudantes universitários, que representam diversas formas de conversão dos trabalhadores da CEAR à cidadania. Também é considerada a especificidade do processo de conversão à cidadania conduzido por alguns agentes católicos, que foram vinculados à Pastoral da Ecologia, os quais propõem um modelo de cidadania ecologicamente orientado. Este trabalho considera as controvérsias engendradas em função dessa multiplicidade de cosmologias.

Palavras-chave: lixo; Teologia da Libertação; ecologia.

ABSTRACT

This work aims to analyze how ecological values are incorporated to a catholic cosmology guided by Liberation theology and the experience of the Base Ecclesial Communities (CEBs). Therefore, it was carried out an ethnographic field research in a recycling cooperative in the northern zone of Porto Alegre: Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiaraju (CEAR, Environmental Education and Recycling Cooperative Sepé Tiaraju). Following Tim Ingold's proposition, the flows that compose this cooperative were analyzed, in order to comprehend it from the concept of "meshwork". The materials were not excluded from this meshwork, paying special attention to the garbage that is triaged in CEAR, which was understood as a "thing", accordingly to the notion presented by Ingold. The relations of the Cooperative to the State, to private companies and to university teachers and students were analyzed, because these agents and institutions represent diverse conversion forms of the CEAR workers to citizenship. It was also considered the specificity of the conversion process to citizenship conducted by some catholic agents, which were part of the Pastoral da Ecologia (Ecology Pastoral Ministry), considering that they propose a model of citizenship ecologically guided. This work considers the controversies engendered on the basis of this multiplicity of cosmologies.

Keywords: garbage; Liberation theology; ecology.

AGRADECIMENTOS

O que não me faltaram nesses quatro anos de graduação foram possibilidades de crescimento pessoal e acadêmico, oportunizadas pelas mais diversas pessoas, a quem sou muito grato e com quem tento "prestar contas" por meio desses insuficientes agradecimentos.

Começo agradecendo a todo o pessoal com quem convivi na Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiaraju, que abriu suas portas para que eu conhecesse seus percalços e suas esperanças, e sem o qual este trabalho não existiria. Espero ter sido fiel às experiências que tive com eles. Esta pesquisa também não teria sido possível sem as bolsas concedidas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), à qual agradeço, assim como à Pró-Reitoria de Pesquisa (Propesq) da UFRGS, que auxiliou na minha participação em eventos, nos quais pude discutir os resultados obtidos e aprimorá-los. Também agradeço pelas oportunidades de reflexão dos dados alcançados permitidas nas disciplinas de grandes professores que fizeram valer a pena as muitas horas em sala de aula, em especial os professores Caleb Faria Alves, Cornelia Eckert, Eduardo Dullo e Marcelo Tadvald. Sou ainda grato a outros professores, como o professor Emerson Giumbelli e as professoras Debora Allebrandt, Patrice Schuch e Raquel Weiss, pela partilha do conhecimento e pela genuína dedicação à docência.

Agradeço ao meu orientador, professor Carlos Alberto Steil, pela disponibilidade e pelo comprometimento aos seus orientados. Como já lhe disse, não são todos os estudantes que podem contar com a presença tão atenta de seus orientadores, e por isso sou bastante grato. Também sou grato pela oportunidade de ter um contato tão próximo com o debate aberto sobre a produção de conhecimentos como tive no Grupo SobreNaturezas e no Núcleo de Estudos da Religião. Agradeço, ainda, à professora Isabel Carvalho e ao professor Eduardo Dullo por aceitarem o convite de avaliar este trabalho.

A experiência no curso de Ciências Sociais não faria sentido se não fossem os momentos de partilha que pessoas tão especiais me permitiram. Agradeço muito à Júlia Menin e à Solana Irene pela amizade e por imprimirem em mim um pouco de suas tão particulares e bonitas visões de mundo. Sou grato também à Viviane Tebaldi Moras e à Juliana Boeira pela presença alegre e afetuosa. Faço um agradecimento muito especial ao Leonardo Molon Zorzin, que tão generosamente revisou este trabalho. Ao Leonardo também

agradeço pela paciência e compreensão nesse período de escrita, por estar sempre segurando a minha mão, mesmo com tantos quilômetros entre nós, e por me permitir conhecer sentimentos tão fortes e instigantes.

Agradeço, ainda, à minha família. Estendo essa ideia àqueles que sempre estiveram ao meu lado, alargando a minha experiência do que seja "estar em família". Assim, sou grato aos meus padrinhos Delmar e Tatiana Schmaedek e à minha madrinha Marlei Marcon. Minha gratidão mais profunda, porém, dedico a estas três pessoas sem as quais eu não seria nada do que sou e que não cansam de me apoiar: meus pais, Vitor e Regina, e minha irmã, Júlia. Aos meus pais não há o que agradecer senão tudo. Todas as experiências engrandecedoras que o curso de Ciências Sociais e a vida em Porto Alegre me permitiram são fruto do amor e da dedicação deles. Agradeço à Júlia, de quem muito me orgulho, pelo suporte e pela escuta.

Por fim, agradeço profundamente a duas grandes mulheres, imprescindíveis para minha formação, e que partiram nesses últimos anos: minha avó, Yolanda Regina Lessa, e Íria Natalina Zatti, a Tetê. Seu testemunho de fé me inspira cotidianamente. Sobre as trajetórias delas fiz o meu primeiro trabalho na graduação, e agora, cheio de saudades, dedico a elas este último.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANITAS	Associação Comunitária de Mulheres na Luta
AHBIPEC	Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CEAR	Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiaraju
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEEEBs	Comunidades Eclesiais Ecológicas Ecumênicas de Base
Comint	Cooperativa Central de Comercialização Integrada dos Catadores de Porto Alegre
Cootravipa	Cooperativa de Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre
DMHAB	Departamento Municipal de Habitação
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
GEBS	Grupos Ecológicos de Base
IPA	Centro Universitário Metodista – IPA
PET	Politereftalato de etileno
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SAF	Serviço de Atendimento à Família
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TSPOA	Todos Somos Porto Alegre
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UT	Unidade de Triagem
VTAs	Veículos de Tração Animal
VTHs	Veículos de Tração Humana

SUMÁRIO

09	INTRODUÇÃO
14	CAPÍTULO I: Libertação, inclusão, conversão
26	CAPÍTULO II: O Estado e o lixo
27	2.1 Primeira mudança: programa "Todos Somos Porto Alegre"
34	2.2 Segunda mudança: nova gestão da Prefeitura
39	2.3 "A vida política do catador"
41	CAPÍTULO III: Compendo a malha
42	3.1 Universitários na Cooperativa
45	3.2 Assessorias privadas
49	3.3 Empresas privadas e a "logística reversa"
53	3.4 Uma cooperativa de cooperativas
57	CONCLUSÃO
60	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

No dia 11 de setembro de 2015, pela primeira vez, embarquei em um ônibus na avenida Farrapos em direção ao bairro Navegantes. Meu destino era a Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiaraju (CEAR)¹, localizada na rua Frederico Mentz. De lá para cá, tenho repetido esse percurso constantemente, embora, às vezes, o ponto de partida não seja o mesmo. Naquele dia, por volta das nove horas, cheguei à Cooperativa, e fui recebido por dona Fátima, que trabalhava na cozinha, preparando o almoço.

Minha relação com a CEAR Sepé Tiaraju estava vinculada ao desenvolvimento da minha pesquisa como bolsista de Iniciação Científica. Foi por indicação de meu orientador que passei a fazer um trabalho de campo etnográfico lá. Esse trabalho se estendeu durante os dois anos em que fui bolsista e tenho lhe dado prosseguimento nesses últimos meses, desde julho de 2017, quando minha bolsa foi encerrada. Neste trabalho de conclusão de curso, sintetizo o que tenho podido acompanhar no decorrer dessa pesquisa.

A CEAR Sepé Tiaraju é uma cooperativa fundada a partir da relação entre recicladores, pessoas ligadas a pastorais sociais católicas e a Prefeitura de Porto Alegre. Ela se constitui em uma das Unidades de Triagem (UTs) do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU). Como Unidade de Triagem, ela é destino do lixo reciclável recolhido pela coleta seletiva pública na cidade de Porto Alegre. Esse lixo é separado pelos trabalhadores² da Cooperativa de acordo com os diferentes tipos de material. Separados, esse materiais são comercializados e os rendimentos dessa comercialização custeiam o funcionamento da CEAR, além de serem divididos entre os trabalhadores, tornando-se sua principal fonte de renda.

Ciente de que eram responsáveis pela administração dessa UT pessoas que haviam composto a Pastoral da Ecologia, uma pastoral social católica que atuava junto aos catadores da cidade, em um primeiro momento, o que me levou até a CEAR Sepé Tiaraju era o interesse em entender de que maneira ecologia e religião se entrelaçavam, constituindo o cotidiano

¹ A CEAR Sepé Tiaraju é costumeiramente referida por outras denominações: "CEAR", "UT Frederico Mentz", "galpão da Frederico", ou ainda, pelo pessoal que aí trabalha, "Cooperativa". Alternarei essas designações.

² As pessoas que trabalham diretamente na triagem do lixo são identificadas de várias formas: dona Fátima e seu André, os antigos administradores, sempre se referiram a eles como "trabalhadores"; a atual presidente da Cooperativa, assistentes sociais e agentes da Prefeitura chamam-nos de "sócios" ou "associados"; há ainda quem os identifique como "catadores", incluindo eles próprios e a legislação que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), ou mesmo como "recicladores". Optei por alternar as identificações.

daquelas pessoas. Entretanto, desde minhas primeiras idas a campo, a temática da religião me parecia ausente. Vi-me em uma situação parecida com o que narrou Evans-Pritchard (2005; 2008), em suas pesquisas tanto entre os Azande, quanto entre os Nuer. Evans-Pritchard não se interessava nem pela bruxaria, que era motivo de preocupação no país zande, nem pelo gado, que tanto mobilizava os Nuer. Entretanto, se isso era interessante para as populações pesquisadas, Evans-Pritchard precisou "[se] deixar guiar por eles" (Evans-Pritchard, 2005, p. 245). Do mesmo modo, quando cheguei à Cooperativa, não me interessava o lixo e suas propriedades, o DMLU e a Prefeitura, as empresas privadas e seus projetos, mas a ecologia e a religião. Desse modo, este trabalho, mais que a resposta a questões iniciais, é uma tentativa de compor analiticamente a malha de fluxos (Ingold, 2012; 2015) que se atravessam e constituem a CEAR Sepé Tiaraju, atentando para o que meus interlocutores compartilharam comigo e para aquilo que pude observar em minha pesquisa de campo. Além disso, recorri a materiais documentais, a fim de compor a malha em que a Cooperativa está inserida.

Atento à agenda das "epistemologias ecológicas" (Steil & Carvalho, 2014), busquei não deixar de fora dessa malha os materiais cujos fluxos lhe dão forma. Assim, atravessa esse trabalho uma reflexão baseada na antropologia de Tim Ingold (2012; 2015), de quem me aproprio de conceitos como "coisa", "fluxo" e "malha", a fim de produzir uma narrativa que não "purifique" o mundo dos humanos, a vida social, do mundo dos não humanos, como se tal delimitação fosse possível. No esforço de não cair nesse tipo de antropocentrismo, dou particular atenção ao lixo³, que, entendido como "coisa" (Ingold, 2012), participa vivazmente da constituição da malha a que me proponho analisar. Meu objetivo é de que o lixo que chega à Cooperativa e aí é triado e comercializado não seja interpretado como um simples amontoado de objetos, que os seres humanos mobilizam e a que atribuem significados, sem atentar para a sua possibilidade de produzir relações. Nesse sentido, me afasto, em alguma medida, das abordagens antropológicas típicas sobre o lixo⁴ (Rial & Colombijn, 2016), em favor de uma "antropologia dos materiais".

³ Ciente da alteração da nomenclatura, operada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de "lixo" para "resíduos sólidos" (Voigt, 2016, p. 24), expressão constante na lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como da reivindicação de catadores, em plano nacional, pela adoção dessa terminologia (Lima, 2017, p. 231), e ainda das implicações epistemológicas dos usos da palavra "lixo" (Magalhães, 2016, pp. 131-133), empregarei esse termo, já que é sem constrangimentos que meus interlocutores o utilizam. Valer-me-ei, também, da palavra "material", igualmente empregada por meus interlocutores. Ressalto que, ao longo do texto, diferentes usos são feitos dessa palavra, uma vez que, para além da categoria êmica, utilizarei seu homônimo heurístico, na acepção de Tim Ingold (2015).

⁴ Rial e Colombijn (2016) fazem uma revisão de trabalhos antropológicos sobre o lixo (ou resíduos), identificando quatro abordagens recorrentes nessa temática: 1. abordagem simbólica (bastante influenciada pelos estudos de Mary Douglas, enfoca a construção social da categoria "lixo"); 2. ecologia política (ênfata as

Ao seguir os fluxos que compõem a CEAR Sepé Tiaraju, buscando adotar a postura empregada por Evans-Pritchard, deixando-me guiar por meus interlocutores, percebi que, mesmo sem que eles se referissem com frequência àquilo que *grosso modo* entendemos como religião, seu cotidiano era atravessado por práticas e visões de mundo relacionadas a uma determinada experiência religiosa, a saber, a das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Teologia da Libertação, as quais, no Rio Grande do Sul, estão relacionadas, desde os anos de 1980, ao trabalho de reciclagem desempenhado por catadores. No primeiro capítulo, abordo essa relação, fazendo, a partir de materiais documentais, uma abordagem histórica, a fim de identificar as características desse fluxo que se emaranha nesse "nó" que é a CEAR Sepé Tiaraju. Partindo das primeiras associações de catadores, organizadas pelo irmão Antônio Cecchin e por Matilde Cecchin, em Porto Alegre e em sua região metropolitana, e abordando as atividades realizadas pela Pastoral da Ecologia, chego à constituição da CEAR. Considero a relação de dona Fátima e seu André⁵, que compuseram a Pastoral da Ecologia e depois assumiram a gestão da Cooperativa, com os trabalhadores, analisando-a com base na ideia dos paradigmas da Libertação e da Inclusão (Dullo, 2013) e da formação de "sujeitos ecológicos" (Carvalho, 2008). Ao tratar do nexos entre ecologia e religião, meu intento não é o de realizar uma análise sistêmica, mas da prática (Steil & Herrera, 2010, p. 383), tal como pude observar em minha pesquisa de campo. Buscando romper com uma visão essencialista acerca do que seja a religião, o que tento demonstrar no primeiro capítulo é de que maneira "os sentidos e as experiências associados a outras esferas da vida social são acionados pelos agentes sociais e amalgamados com os religiosos" (Steil & Herrera, 2010, p. 383).

Para além desses fluxos que atravessam uma dimensão da vida social que identificamos como religiosa, abordo outros aspectos do cotidiano da CEAR. A Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiaraju funciona em um terreno onde estão edificadas duas construções: aos fundos um galpão de tijolos, coberto por um telhado de zinco e, em frente, um edifício térreo que pode ser dividido em duas partes. Em uma delas, há uma cozinha e um refeitório. A outra parte sofreu várias alterações. Quando iniciei minha pesquisa, havia um telecentro, a "sala do seu André", com sua biblioteca constituída de livros recolhidos do lixo, e uma sala para os trabalhadores. Atualmente, o telecentro foi desmontado

desigualdades nas relações de poder envolvidas na formação de sistemas sociais/ambientais, orientada por compreensões normativas); 3. abordagem crítica (crítica a produção de resíduos sólidos e o "estilo de vida consumista"); 4. abordagem holística (é evidenciado pelos estudos que se centram nas pessoas que tem o tratamento de resíduos por modo de vida, como catadores).

⁵ Os nomes mencionados ao longo do texto são factuais, com exceção dos casos em que for indicado o contrário. "André" e "Fátima" são nomes fictícios.

e a maioria dos computadores guardados. Dois deles são utilizados no escritório da nova presidenta da CEAR, Núbia, que reside nessa construção, junto de sua família. Na sala que era utilizada pelos trabalhadores, está instalada uma televisão, desfrutada pelas crianças, filhos dos recicladores.

No galpão, há um grande cesto, onde é colocado o material que os garis obtêm por meio da coleta seletiva pública. Quando os recicladores estão trabalhando, esse material é puxado do cesto em direção a uma esteira elétrica, onde são rasgados os sacos e as sacolas em que está contido, fazendo com que ele se espalhe pela esteira. O material é, então, recolhido da esteira e alocado em *bags*⁶ ou em tonéis, de acordo com o seu tipo. Dos *bags* e tonéis, é conduzido para as prensas, a fim de ser enfardado e estocado, ou para contêineres, onde é armazenado e recolhido pelos compradores. O que não é retirado da esteira pelos trabalhadores é o rejeito, que segue para uma caçamba, a qual, quando repleta, é levada por uma empresa para o seu descarte.

A jornada de trabalho na Cooperativa começa por volta das 8h 30min, e vai até em torno das 17h 30min. Essa rotina se repete de segunda a sexta-feira, incluindo, por vezes, feriados. Há casos ainda, em que, devido à alta quantidade de material disponível, após uma pausa às 17h 30min, o trabalho é retomado até aproximadamente 20h. Ao meio-dia, é feito um intervalo, durante o qual habitualmente é servido o almoço, feito na cozinha da CEAR. Quando, em função da baixa renda obtida pela triagem – que, quando dividida entre os trabalhadores é chamada "partilha" –, e não se conseguem doações de alimentos, não são preparadas refeições na Cooperativa. Nesses casos, a maioria dos recicladores vai até suas casas para se alimentar, resultado em pouco tempo de descanso entre os dois turnos de trabalho. É comum, também, que seja servido um café da manhã antes do início da jornada.

Os trabalhadores da CEAR são, em geral, habitantes das adjacências da Cooperativa, em especial do bairro Farrapos (popularmente referido por Vila Farrapos), ou ainda do bairro Arquipelago. Muitos desses trabalhadores têm relações de parentesco entre si, o que pode ser percebido ao lançar os olhos pela lista de presenças dos recicladores, percebendo a repetição dos mesmos sobrenomes. Há alta rotatividade entre os trabalhadores, que, com algumas exceções, não costumam permanecer na Cooperativa por períodos maiores que o de três meses. Depois de dois anos e meio de convívio, reconheço alguns rostos que já vejo há algum

⁶ *Bags* são grandes sacos feitos de um tecido plástico flexível, fixados em suportes de metal providos de rodinhas.

tempo; todavia, tantos outros são novos. Com uma frequência menor que a dos recicladores, durante o período da pesquisa, também percebi certa rotatividade entre o pessoal que se ocupa da administração da Cooperativa. A administração, outrora de responsabilidade de seu André e de dona Fátima, passou para Núbia. As assessoras que os ajudam também mudaram: primeiro, a frequência das visitas da assistente social Luana diminuiu consideravelmente, depois outra assistente social, Jovana, passou a assessorar a CEAR, atividade que abandonou passado aproximadamente um mês. Essa rotatividade generalizada significou algumas limitações para o desempenho dessa pesquisa, já que por vezes torna-se difícil perceber permanências e continuidades diante de tantas alterações. Assim, este trabalho apresentará certa feição diacrônica. Não obstante, tentarei identificar aspectos que atravessam essas diferentes experiências.

Há, ainda, outra rotatividade vivida na Cooperativa e sobre a qual falo no segundo capítulo. Trata-se das mudanças dos agentes do Estado e de suas práticas e políticas. Abordo a constituição do Programa Todos Somos Porto Alegre (TSPOA), resultado de uma parceria da Prefeitura de Porto Alegre com empresas privadas. Analiso os impactos desse programa no cotidiano da CEAR, ressaltando seus efeitos sobre o lixo que é produzido na cidade, bem como de que maneira o lixo constitui essa política pública. Ainda considero a transição de uma administração que era caracterizada por esse programa em direção a um modelo mais centralizado, o que resulta em novos tipos de conflitos, levando o pessoal da Cooperativa, e também de outras UTs, a procurar formas de se articular e manifestar suas reivindicações.

No terceiro capítulo, abordo outros fluxos que se entrecruzam constituindo a CEAR. Nele falo da presença de professores e estudantes universitários na Cooperativa, que lá desenvolvem suas pesquisas, como eu, ou realizam projetos de extensão. Também abordo a circulação de assessoras, que participam da administração da CEAR e que nem sempre estão vinculadas a políticas estatais, podendo trabalhar para empresas privadas, cuja atuação junto à Cooperativa é relatada nesse capítulo. Falo, ainda, da constituição de uma cooperativa de segundo grau que abarca algumas Unidades de Triagem, incluindo a CEAR, em cujo refeitório são feitas suas reuniões. Dediquei a esses outros fluxos um capítulo à parte dos que tratam dos agentes advindos da Pastoral da Ecologia e da relação com o Estado; porém, saliento que não seria interessante pensar todos esses sujeitos e instituições como dimensões autônomas e bem delimitadas, mas que, apesar de apresentarem especificidades, ao se entrecruzar e se emaranhar, têm seus limites turvados.

CAPÍTULO I

Libertação, inclusão, conversão

A figura do líder guarani Sepé Tiaraju tem sido incorporada a religiosidades vinculadas à Teologia da Libertação. Nesse contexto, ele sofre uma espécie de "canonização não canônica", sendo reconhecido como "São Sepé". Em um material organizado pelo irmão Antônio Cecchin e por Matilde Cecchin (2015b, p. 18), é visto como "nosso herói maior, porque guarani, missioneiro, rio-grandense e também brasileiro". De fato, entre o pessoal ligado à Teologia da Libertação, mas também ao trabalho dos catadores, em Porto Alegre, os indígenas são tomados estereotipicamente como modelo, dando às Comunidades Eclesiais de Base, segundo uma de suas principais lideranças, "a esperança da possibilidade de ser retomado o futuro paradisíaco em que viviam nossos antepassados, construtores do grande Triunfo da Humanidade" (Cecchin, 2015a, p. 16). Para dona Fátima, "o índio é um ecologista nato".

Ciente dessa santificação de Sepé Tiaraju entre alguns grupos católicos, iniciei minha pesquisa de campo etnográfico na Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiaraju. Esperava, sob os auspícios de um nome que tanto fala sobre a Teologia da Libertação no Rio Grande do Sul, dar bom termo a uma pesquisa que tentaria entender, no contexto dessa cooperativa, relações que se pudessem estabelecer entre catolicismo, ecologia e materialidades. Os dois últimos eram evidentes: os materiais não estão em um polo ontológico à parte do da vida social, a qual seria, para uma longa tradição antropológica, o objeto dessa ciência, ou seja, eles estão por toda parte; já a ecologia ou os valores ambientais eram sempre feitos presentes nas falas de dona Fátima e de seu André. Mas e o catolicismo? Ou, mais genericamente, o religioso? Limitavam-se ao nome da Cooperativa?

Considerando a afiliação das lideranças da CEAR à Pastoral da Ecologia, aos projetos do irmão Cecchin e à Teologia da Libertação, com suas visões características acerca do trabalho de reciclagem, o simples "desaparecimento" do religioso já nos daria informações, pela sua ausência, mais que pela sua presença, sobre como ele é vivido nesse contexto. Entretanto, é necessário levar em conta certas especificidades da religiosidade da Teologia da Libertação, que, mesmo em se tratando de uma religiosidade cristã, não permitem que a compreendamos se buscarmos entendê-la a partir de concepções *a priori* sobre o que seja a

dimensão do religioso. Urge recordar as limitações de apreendê-lo a partir de um quadro analítico que proponha limites daquilo que se possa ou não considerar religioso, lembrando o quão particulares podem ser cada uma das sociedades e dos contextos em que ele é produzido, como demonstra Talal Asad (1983) ao indicar que conforme são alteradas as configurações de poder, ao longo da Era Cristã, o religioso – "os padrões de disposição e motivação religiosas, as possibilidades para a verdade e o conhecimento religiosos" (Asad, 1983, p. 243, tradução minha) – varia e por elas é condicionado. Assim, não é possível pressupor as formas pelas quais a religião vai ser expressa, como no caso da CEAR, onde um olhar atento pode perceber inúmeras práticas informadas por uma cosmologia do tipo da Teologia da Libertação, mas que fogem a certas pressuposições sobre a experiência religiosa em que figurariam rituais, orações, devoções, leituras de livros sagrados, isto é, práticas que caracterizam certas denominações religiosas que habitam o Ocidente moderno.

No caso da Teologia da Libertação, a distinção em relação a esse padrão religioso estereotípico assume contornos particulares. Eduardo Dullo (2013, p. 40) argumenta que, no período posterior ao Concílio Ecumênico Vaticano II, o catolicismo brasileiro passa por um processo de "mundanização", apontando para "um visível borramento nas fronteiras que circunscrevem o que é ou pode ser entendido como 'religião'" (Dullo, 2013, p. 41). Nesse processo de "mundanização", a "dimensão salvífica" do catolicismo é expressa na mitigação de sofrimentos, ou ainda, em uma "vida plena" resultante da ação humana; ação essa em cuja execução o laicato adquire maior destaque (Dullo, 2013, pp. 40-41). Assim, se tomamos a Teologia da Libertação como corolário dessa "mundanização" que constitui o catolicismo brasileiro a partir de meados do século XX, não é surpreendente que, pesquisando um grupo cuja formação tenha se dado no âmbito dessa expressão teológica, se descubra uma experiência religiosa que fuja aos padrões de catolicidade "não mundanizados" e que até, em um primeiro momento, possa parecer pouco ou não religiosa.

O envolvimento de agentes católicos com catadores, em Porto Alegre, remonta aos anos de 1970⁷, quando uma freira belga da Congregação de Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho, a irmã Marie-Ève chegou ao bairro porto-alegrense Arquipélago, a conhecida região das ilhas, onde iniciou projetos com as pessoas que lá habitavam. As ilhas

⁷ Magalhães (2016) recorda outros casos, no Brasil, de vinculação entre católicos e reciclagem, lembrando que as primeiras associações de catadores, fundadas nos anos de 1980, em Porto Alegre e em São Paulo, bem como a que é por ela estudada, em Belo Horizonte, "foram criadas a partir de trabalho sociopedagógico com catadores por parte de organizações da Igreja Católica" (Magalhães, 2016, p. 128). A ação de "ONGs [organizações não governamentais] católicas" junto a catadores também é recordada por Rial e Colombijn (2016, p. 35).

de Porto Alegre se constituem em uma região bastante empobrecida da cidade, ocupada inicialmente por migrantes advindos do interior do estado ou por pessoas removidas de outros bairros da cidade (Pieve & Korting, 2015, p. 39; Alves, 2012, p. 123). O local de atuação da irmã Marie-Ève foi a Ilha Grande dos Marinheiros, aonde chegou nos anos de 1970. Lá, ela promoveu o envolvimento das mulheres com o artesanato em lã, e também organizou uma creche (Cecchin & Cecchin, 2015b, p. 22). No entanto, ela percebe que a população da ilha não se interessava tanto pelo artesanato quanto pelo lixo; no caso, o lixo orgânico destinado à alimentação de porcos (Cecchin & Cecchin, 2015b, p. 22; Pieve & Korting, 2015, p. 39). Em 1983, o irmão Antônio Cecchin passa a atuar nas ilhas. O irmão Antônio Cecchin era um religioso marista conhecido por sua atuação junto às CEBs e aos catadores. Ele relata que, com o envelhecimento e o adoecimento de irmã Marie-Ève, foi convidado a atuar, com sua irmã, Matilde, na Ilha Grande dos Marinheiros (Alves, 2012, p. 122). Seu trabalho já era reconhecido na região metropolitana de Porto Alegre, pela sua atuação no bairro Mathias Velho, em Canoas, onde ele continuou a desenvolver suas atividades até 1987, quando deixou a condução dos projetos com lideranças leigas e centrou sua empreitada nas ilhas, a partir das CEBs em que buscava "organizar o povo" (Cecchin & Cecchin, 2015b, p. 24).

A partir dali, nos termos dos irmãos Cecchin (2015d, p. 44), "a chama do mutirão vindo dos índios se reacende". Diante da grande quantidade de lixo e de porcos, alimentados por esse lixo, na Ilha Grande dos Marinheiros, a Associação de Moradores propõe que se organize uma associação de catadores, o que permitira "maior renda, vendendo juntos os materiais recicláveis a um sucateiro maior a fim de um preço melhor" (Cecchin & Cecchin, 2015c, p. 49). No mesmo ano de 1987, uma liderança da Vila Santo Operário, em Canoas, procura o auxílio dos irmãos Cecchin para que se monte uma associação de catadores em sua região, a fim de reivindicar "direitos" junto à Prefeitura da cidade (Cecchin & Cecchin, 2015d, p. 45). A partir de então, foram sendo formadas outras associações ou cooperativas de catadores, como a da Vila Planetário e da Vila Santíssima Trindade, ambas em Porto Alegre.

Desde o início dos trabalhos com recicladores, os agentes católicos precisaram lidar com o Estado, em especial, as Prefeituras. Ainda antes de 1989, houve uma tentativa de contato com a direção do DMLU, que não resultou em uma parceria, visto que as atenções da Prefeitura de Porto Alegre estavam dirigidas aos catadores do lixão, percebendo "nos carroceiros e carrinheiros das ilhas uns ladrões de lixo" (Cecchin & Cecchin, 2015c, p. 50). Com a eleição de um prefeito do Partido dos Trabalhadores (PT), um diálogo foi estabelecido entre a Prefeitura e o pessoal da associação da Ilha Grande dos Marinheiros, como resume o

irmão Cecchin: "[...] a esperança do PT foi em nós" (Alves, 2012, p. 128). Os resultados dessa aproximação, porém, foram frustrantes para o irmão Cecchin.

Em alguns locais, era instituída a prática de a população levar seu lixo reciclável nas missas dos fins de semana, entregando diretamente aos catadores que faziam sua separação e venda, o que é positivamente interpretado pelos irmãos Cecchin:

A partir dessa relação, os produtores de lixo passam a inverter a relação social que mantém com os recicladores. [...] Há uma aproximação mútua entre as duas pontas muito mais fácil do que sendo intermediada pelo poder público, já que há toda uma desconfiança e descrédito da parte da burocracia estatal. Uma vez reconhecidos, sentem-se os "profetas da ecologia". [...] A reciclagem, com esse movimento de mão dupla, passa a ser polo irradiador de transformação de qualidade de vida de toda a Comunidade. (Cecchin & Cecchin, 2015c, pp. 50-51).

Esse modelo de coleta, a "coleta seletiva por entrepostos", era proposto pelo irmão Cecchin. A Prefeitura, no entanto, optou pela adoção da coleta "nas calçadas" (Cecchin & Cecchin, 2015c, p. 51). Isso gerou um descontentamento em função do volume de lixo que "atulhou" os galpões (Alves, 2012, p. 128; Cecchin & Cecchin, 2015c, p. 51), além de se distanciar dos propósitos que preconizava o irmão Antônio Cecchin:

[...] aquilo que era o nosso sonho, de cada unidade, cada Galpão inserido na sua comunidade [...] cada Galpão teria que fazer o resgate da sua vila, e esse resgate, essa inserção comunitária se fazia também através da educação do pessoal do Galpão, que eles, esses papeleiros iriam montar [...] os entrepostos que serviriam às suas unidades. Isso não aconteceu, o que pra mim seria a maravilha das relações interpessoais a serem criadas entre o produtor de lixo, que é o morador, e o reciclador. (Alves, 2012, pp. 128-129).

O irmão Cecchin relata que no trabalho na Ilha Grande dos Marinheiros sempre houve uma "preocupação da comunidade, da organização, da mística, da espiritualidade" (Alves, 2012, p. 128), manifesta pela leitura de perícopes do Evangelho, por cantos e por orações à beira do rio, ressaltando que essas celebrações eram feitas "dentro de um respeito total de católicos, evangélicos, umbanda [...] dentro de um ecumenismo de justaposição, de respeito ao diferente" (Alves, 2012, pp. 127-128). Nos dois volumes do livro produzido pelo irmão Antônio, por Matilde Cecchin (2015b) e pelo Grupo Ecomulheres (2015), são apresentados casos de outras associações e cooperativas de reciclagem criadas não só em Porto Alegre e na região metropolitana, como no interior do estado. No caso da Ilha Grande dos Marinheiros, após uma série de problemas no funcionamento da Associação de Catadores, no início dos anos de 1990, foi decidido que somente mulheres trabalhariam na catação. A exclusividade feminina do trabalho em galpões também foi realidade entre os grupos da Vila Santíssima

Trindade e do Loteamento Wenceslau Fontoura, ambos em Porto Alegre. Daí talvez venha a identificação entre mulheres e o trabalho de reciclagem mobilizada pelos agentes católicos que lidam com catadores, como expresso no subtítulo do livro produzido pelos irmãos Cecchin (2015b) e pelo Grupo Ecomulheres (2015): "Além da reciclagem (no feminino)".

Nos anos de 1990, a Teologia da Libertação se volta a temáticas ecológicas (Andrade, 2017; Dullo, 2013, p. 324). O irmão Antônio Cecchin (2015b) faz relato de um evento das CEBs, o Oitavo Intereclesial, ocorrido na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 1992⁸. Ele conta como preocupações ecológicas, centradas em torno do lixo e da figura do catador, se fizeram presentes nesse importante encontro nacional. Nessa "virada ecológica" da Teologia da Libertação, o irmão Cecchin propõe que os catadores, considerados como pobres, e portanto objeto da "opção preferencial" da Igreja latino-americana, mas também seguindo o exemplo de Jesus Cristo, sejam a porta de entrada das CEBs na ecologia (Cecchin, 2015b, p. 67). Para ele, o "Ecólogo por excelência, ainda que inconsciente, é Sua Majestade o catador/papeleiro. Um estágio junto a ele nos abre grandemente as portas para toda a ecologia" (Cecchin, 2015b, p. 62). Seguindo a tradição de um catolicismo "mundanizado", movido pela insatisfação com o mundo e com a proposta de transformá-lo (Dullo, 2013), as compreensões que envolvem a temática ecológica produzidas entre o pessoal da Teologia da Libertação que lidava com a reciclagem não abandonam o forte tom crítico, mas também marcado pela crença em alternativas de transformação:

Se o processo civilizatório em curso, com predomínio da economia de Mercado, em busca de lucro desenfreado, está destruindo os recursos naturais do planeta e fazendo da vida lixo, as mulheres papeleiras, associadas ao grande movimento de mulheres, dando um novo direcionamento à civilização pelo ecofeminismo, através de ações bem concretas, devolvendo os materiais às indústrias, via trabalho que as dignifica, estão demonstrando o contrário: que o LIXO é VIDA. (Cecchin & Cecchin, 2015c, p. 54, destaque no original).

O trabalho do irmão Cecchin afetou os catadores que dariam início à CEAR Sepé Tiaraju. A família de Núbia coletava material utilizando uma carroça. Sua mãe, dona Basília, conta que, antes de trabalhar na Cooperativa, ocupava-se de separar o material coletado em casa, relata que viviam na Ilha Grande dos Marinheiros, onde seu esposo, já falecido, teve contato com o irmão Antônio Cecchin, a quem, junto com um irmão seu, ajudou na fundação

⁸ Deve ser mencionado que a questão ambiental era um tema candente no debate público dessa época. O Oitavo Intereclesial ocorreu alguns meses depois de ter sido realizada, no Rio de Janeiro, a bastante conhecida Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio 92 ou Eco-92.

de um galpão. Ela expressa simpatia pelo religioso marista: "Muita gente não gostava dele, mas eu gostava... acho que não gostavam, porque ele era pelo certo".

Núbia trabalhou no galpão da Associação Profetas da Ecologia (Voigt, 2016, p. 128), onde hoje funciona a Unidade de Triagem da Associação Comunitária de Mulheres na Luta (ANITAS), próximo à Ponte do Guaíba e à Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes. Depois de algumas desavenças com o pessoal de lá, Núbia pediu ao irmão Antônio Cecchin se poderia recolher o material reciclável que não era aproveitado pelos trabalhadores do galpão. Ele deu o aval, desde que, de fato, sua coleta se restringisse apenas aos restos da triagem operada no galpão. Junto de sua família, então, e de outros poucos recicladores, Núbia passou a recolher e triar esses restos em um barranco nas imediações do galpão, próximo aos trilhos do trem metropolitano que por ali passa.

Depois da visita de uma comissão de vereadores, que buscou ouvir as reivindicações dos catadores da região, Núbia e seu pessoal foram alocados em um galpão que estava sendo construído na rua Frederico Mentz, bairro Navegantes (Voigt, 2016, p. 128), a pouca distância do local onde eles vinham triando os restos do galpão da Associação Profetas da Ecologia. Nesse novo galpão, que dona Fátima conta ter sido estabelecido com recursos obtidos por meio do Orçamento Participativo, funcionando no terreno que pertencera à massa falida de uma empresa, foi instituída uma Unidade de Triagem. Então, dona Fátima, dona Cristina e seu André passaram a atuar na administração dessa UT. Esses três "educadores populares" (Cabral, Vargas, Fagundes, Santos & Ribeiro, 2016, p. 35) participavam da Pastoral da Ecologia.

Segundo Stella Maris Nunes Pieve (2014), a Pastoral da Ecologia surge em 2001, associada ao regional Sul III da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Sua fundação foi motivada pelo irmão Antônio Cecchin e pelo teólogo capuchinho frei Luiz Carlos Susin, assim como por demais membros da Família Franciscana, para quem "a ecologia deve estar na Igreja como um serviço pastoral" (Pieve, 2014, p. 43). O centro de atuação dessa pastoral é a organização de catadores e a "questão da água" no Rio Grande do Sul, o que é posto em prática por sua metodologia de

"testemunho de uma vivência ética e de responsabilidade com a defesa da vida humana e da natureza", diálogo entre igrejas, religiões, organizações e movimentos que defendem a causa socioambiental, denúncia daqueles responsáveis pela degradação da vida e anúncio da "Boa Notícia", do "Reino" que surge com a denúncia profética. (Pieve, 2014, pp. 43-44).

Conforme Pieve (2014, p. 44), os trabalhos da Pastoral da Ecologia poderiam ser divididos em duas categorias: "trabalho de massa" e "trabalho cotidiano". O "trabalho de massa" seria o constituído por procissões e romarias, como a Romaria das Águas e o Caminho de Sepé Tiaraju⁹, ao passo que o "trabalho cotidiano" seria aquele feito com os catadores e com os Grupos Ecológicos de Base (GEBs) ou Comunidades Eclesiais Ecológicas Ecumênicas de Base (CEEEBs)¹⁰. Além disso, a Pastoral da Ecologia desenvolvia outras atividades, como "a coleta de 'óleo de cozinha' [...] para a realização de oficinas de sabão ecológico e venda [...]; oficinas de produção de alimentos ecológicos [...], e oficinas de confecção de bolsas com tecidos de guarda-chuva [...] e *banners* [...]" (Pieve, 2014, p. 44).

Pieve (2014, p. 45) relata que, em 2011, um conflito em torno de posições políticas dos membros da Pastoral da Ecologia levou a uma cisão no grupo, resultado na saída de algumas pessoas, o que diminuiu algumas das atividades promovidas pela Pastoral, uma vez que a quantidade de pessoas que a constituíam era baixa. Quando me propus a estudar a Pastoral da Ecologia, logo fui informado de que essa pastoral "não acontece mais". Fruto de sua divisão, o que permaneceu foi a Associação Caminho das Águas, que já atuava junto da Pastoral da Ecologia, como duas instituições cujos limites se confundiam (Pieve, 2014, p. 42), além da formação do grupo que passou a trabalhar na CEAR Sepé Tiaraju. De acordo com o que me foi relatado, menções à Pastoral eram feitas superficialmente por ocasião da Romaria das Águas e do Caminho de Sepé Tiaraju. Fátima, Cristina e André eram esse grupo que se desmembrou da Pastoral da Ecologia. Para dona Fátima, as posturas arrogantes do irmão Antônio Cecchin haviam sido o motivo para a cisão do grupo.

Quando comecei minha pesquisa de campo, dona Cristina já não atuava mais cotidianamente na Cooperativa, segundo dona Fátima, por motivos de doença. Ela organizava um grupo de mulheres que se reuniam na CEAR para costurar sacolas e mochilas a partir do

⁹ A Romaria das Águas e o Caminho de Sepé Tiaraju são "formas de expressividade e reivindicação de direitos sociais, territoriais e políticos a partir de uma perspectiva cosmopolítica. Esses rituais têm como proposta a construção de espaços de reivindicação social a partir de redes de trabalho das quais fazem parte instituições religiosas, o poder público e organizações sociais formais e informais [...]" (Pieve, 2014, p. 13). A Romaria é composta por peregrinações nas ilhas de Porto Alegre, peregrinações maiores no estado e por uma procissão fluvial. Já o Caminho de Sepé Tiaraju consiste no transcurso, feito por "diferentes grupos de jovens", em especial jovens de periferias, à bicicleta, no início de fevereiro, da "última rota de Sepé Tiaraju", entre os municípios gaúchos de Rio Pardo e São Gabriel. (Pieve, 2014, pp. 13-14).

¹⁰ Os GEBs, ou CEEEBs ocupam-se de "mapear, articular e apoiar ações ecológicas em diferentes regiões do Estado, proporcionando a discussão de temas referentes à crise ecológica e à visão cristã de ecologia, mas fortalecendo também o diálogo entre diferentes religiões, movimentos e organizações sociais [...]" (Pieve, 2014, p. 44)

tecido de sombrinhas e guarda-chuvas recolhidos do lixo pelos trabalhadores. Alguns meses depois, dona Fátima também se afastou da Cooperativa em função de sua saúde debilitada.

Seu André me fez seu relato do início da preocupação das pastorais sociais com o lixo, identificado com o que chamou de a "emergência do lixo", um momento em que o lixo se tornou um problema, o que acontecera há pouco tempo. Para essas pastorais, acompanhando um ambiente de desemprego, como foi o dos anos de 1980, a preocupação era quanto à geração de renda, e o lixo mostrava um retorno mais imediato ao trabalhador que outras atividades. Ele me apresentou seu quadro geral da população que trabalha com a reciclagem, identificando esse "universo" dos catadores como um "universo que é bruto por sua natureza". No seu ponto de vista, carregado de palavras e expressões fortes, os catadores eram pessoas que nunca tiveram chances, "negras com seus cem quilos, cozinheiras dos ricos, desdentadas, vomitadas para o galpão", diferente do resto da população, até mesmo na compleição física – "outro povo, outra gente". Ele resumiu: "É o Brasil!". Identificou as mulheres desse povo como "donas do lar", "embrutecidas", que não estudaram, sozinhas a sustentar filhos, netos e bisnetos, os quais, muitas vezes, têm problemas no Conselho Tutelar, cujos maridos são alcoólatras, presidiários ou ex-presidiários, dos quais elas são vítimas. Para seu André, essas mulheres que vivem em casas de péssima condição, são o "motor dinamizador da estrutura familiar", são "cansadas de viver", pois "tudo recai sobre ela[s]". Assim, cheias de problemas, elas vêm para o coletivo e tornam problemático o coletivo. Já os homens, sem escola e sem acesso ao mercado de trabalho, vivendo de "bicos", apresentam "profundos matizes machistas". Essa leitura do mundo, bastante crítica, lembra o procedimento de "ver", dentro do método tripartite "ver, julgar, agir" que caracterizou alguns movimentos católicos no século XX, a partir da Ação Católica, em especial, a Teologia da Libertação (Serbin, 2008; Dullo, 2013).

Em minhas conversas com dona Fátima e seu André eram mencionadas dificuldades em se atuar junto aos trabalhadores da Cooperativa, e ficava perceptível algo como um sentimento de frustração ou de cansaço com o trabalho feito lá, como quando, ao se referir aos trabalhadores, Fátima disse: "Essa aí é uma geração perdida!". Assim, era com esperança que era tomada a minha presença, como estudante de antropologia, o que, ao ver de dona Fátima, significava a presença de alguém que estuda a cultura, que seria o problema; para ela, era preciso mudar a cultura dos trabalhadores. Em uma conversa com seu André, a cultura também foi apontada como uma adversidade. Ele identificou os trabalhadores ao que entende como "cultura da carroça", que levaria a problemas na triagem, pois nessa cultura, só se

trabalha em dia com tempo bom, não em dias de chuva, em oposição à "cultura da empresa, da pontualidade". Fátima também diferencia o trabalho de catação nas ruas, feito com carroças, daquele que é executado no galpão: "o catador é um ser livre".

No dia de minha primeira ida à CEAR, não havia material para ser triado. Com isso, os trabalhadores estavam sentados à sombra, conversando e repousando. Isso incomodava dona Fátima, pois ela achava que eles deveriam estar envolvidos com a Cooperativa, propondo atividades e utilizando o edifício que fica em frente ao galpão. Para ela, os recicladores entendem o que é feito na CEAR como um mero trabalho, apreendido apenas pelo seu viés econômico, o que se tornava evidente pelo fato de eles não fazerem a separação do lixo em suas casas, denotando que, apesar de trabalharem como recicladores, não haviam aderido à causa da reciclagem ou da ecologia. Dona Fátima pode ser entendida como um "sujeito ecológico" (Carvalho, 2008), aludindo a um "perfil identitário" e a uma "utopia societária" e constituindo-se em uma agente daquilo que se vem identificando como "campo ambiental". A atuação do pessoal oriundo da Pastoral da Ecologia na CEAR seria pobremente apreendida se essas pessoas fossem vistas como meros gestores, desconsiderando sua "militância de ideias e princípios" (Carvalho, 2008, p. 89), que levam à formação de "sujeitos ecológicos", no seguimento da proposta analítica de Isabel Cristina de Moura Carvalho (2008). É interessante mencionar que Carvalho (2008) identifica certa contribuição de religiões na constituição do ideário ecológico. Considerando que o que temos abordado é a participação de valores e práticas ecológicas em uma experiência religiosa, resta que as fronteiras entre o que é o religioso e o que é o ecológico não se definam claramente, cabendo-nos apreendê-los em movimento. Isso pode ser percebido nas diferentes percepções que circulam em torno da figura de Sepé Tiaraju. Além do culto popular estabelecido, Sepé, por ser índio, é visto por Fátima como um "ecologista nato", mas também como um modelo de autonomia, valor enfatizado nas CEBs e entre o pessoal da Teologia da Libertação (Dullo, 2013), assim como para o ativismo contracultural que anima agentes ecológicos (Carvalho, 2008, p. 93).

Como mencionei, a não adesão dos trabalhadores ao programa que dona Fátima lhes propunha era motivo para frustração. Ao se referir a isso, as controvérsias sobre alimentação eram evidenciadas por ela. Fátima, que preconizava um modelo de alimentação saudável, chegou a me mostrar um antigo livro que trata das propriedades dos alimentos, defendendo que na cozinha da CEAR só fosse feita comida dentro desses padrões. Os trabalhadores, entretanto, não estavam de acordo com esse padrão alimentar, que excluía frituras e

refrigerantes, por exemplo. Em tempos de partilha alta, alguns deles preferiam almoçar em restaurantes da região, a comer do que era feito na Cooperativa. Em torno dessa questão de alimentação, várias controvérsias se desenrolaram. Algumas delas, que não acompanhei, mas ouvi menções, são da época em que fora estabelecido um restaurante popular, aberto ao público, no refeitório da CEAR. Fátima relatava com indignação a predileção dos trabalhadores por uma alimentação que contava com frituras à alimentação saudável que ela lhes oferecia. Mesmo sobre a produção de pães, feitos com a masseira e o forno industrial de que dispõe a Cooperativa, havia controvérsias. Dona Fátima, que era quem fazia os pães, fazia-os com farinha integral, acrescentando especiarias na massa, ao passo que os trabalhadores queriam pão branco. O que se percebe é a prática de um alargamento da esfera política, fazendo-a chegar às frituras e aos pães brancos, em consonância com a militância ecológica, que, para além da atuação política, se estende às práticas materiais cotidianas e às condutas morais, pressupondo uma coerência entre o ideário preconizado pelos "sujeitos ecológicos" e suas vivências pessoais individuais (Carvalho, 2008, pp. 92-93). Parece haver em jogo uma tentativa de conversão dos trabalhadores a valores ecológicos, a qual eles reagem, resultando nas controvérsias e frustrações que entretecem o cotidiano da Cooperativa.

A essa conversão à ecologia, podemos contrapor a conversão às religiões evangélicas pentecostais, criticada pelo pessoal que pertencera à Pastoral da Ecologia. Quando indaguei dona Fátima sobre a religião dos trabalhadores, ela disse que a maioria frequentava os "crentes", o que, segundo ela, se devia ao fato de que muitos deles têm parentes presos, e, como os "crentes" têm uma atuação forte nos presídios, a partir dessa influência, ocorre a conversão dos trabalhadores. Conversando com os trabalhadores, essa narrativa que relaciona pentecostalismo e presídios não se faz presente, bem como a hegemonia evangélica no grupo de trabalhadores pode ser questionada. De todo modo, essa conversão incomodava dona Fátima, pois isso deixaria os trabalhadores "mais alienados". Assim, enquanto a conversão proposta por dona Fátima, da qual, como conhecedor da "cultura", ela esperava que eu participasse, é, no lastro da Teologia da Libertação, conscientizadora, emancipadora ou libertadora, a conversão ao evangelismo pentecostal significaria um tipo oposto de conversão, já que seria alienante. Daí o diagnóstico de seu André sobre as práticas religiosas entre os trabalhadores: "Uma tragédia!".

Em meu primeiro contato, por telefone, com seu André, ao perguntar-lhe se era o coordenador do galpão, ele negou, disse que não coordenava, mas era responsável pelo

galpão. O questionamento de hierarquias é característico da Teologia da Libertação, a qual propõe uma "autoconstrução emancipadora", em que a libertação das opressões seja assumida pelo próprio povo (Dullo, 2013, p. 253). Assim, correlatas à proposta de uma horizontalidade nos grupos influenciados por essa proposta teológica, desenvolvem-se expectativas sobre a conduta dos pobres e dos oprimidos, que assessorados por agentes de pastoral, se libertariam para a vida em comunhão (Dullo, 2013, p. 254). Eduardo Dullo (2013, pp. 273-274) atentando à figura desses agentes de pastoral, conclui que "a horizontalidade está mais no plano de meta a ser buscada do que no de fato atual". Assim, no momento em que seu André não se arroga coordenador do galpão, apesar de oficialmente ser, à época, presidente da CEAR, é denotada essa recusa da hierarquia. Entretanto, considerada a "diferença sociocultural" (Dullo, 2013, p. 275) entre o grupo oriundo da Pastoral da Ecologia e os trabalhadores, efetua-se, na prática, uma distinção entre esse grupo, ecológico e que se alimenta saudavelmente, e o dos recicladores, cuja religião é alienante, a alimentação não é adequada e que não tomam iniciativas em seu próprio benefício. Tal distinção, que resulta no estabelecimento de diferentes funções e posições no cotidiano da CEAR, é tão claramente percebida pelos trabalhadores, que uma delas afirma ter sido "escrava", antes que a administração da Cooperativa tenha sido tomada por uma pessoa do próprio grupo de catadores. De acordo com o que uma trabalhadora relatou, o questionamento dos recicladores sobre as refeições e os pães produzidos na CEAR era feito, pois quem pagava esses alimentos eram os trabalhadores, que faziam uma contribuição para o funcionamento da cozinha e, como não estavam satisfeitos com o que era servido, decidiram interromper a contribuição e providenciar alimentação por seus próprios meios. Uma de suas principais reclamações seria que dificilmente havia carne nas refeições, apesar de que, a seu ver, o valor com que contribuía era suficiente para essa aquisição. Isso resultou em desconfianças sobre a administração da CEAR, o que terminou com o afastamento de seu André da gestão da Cooperativa, além de dona Fátima, que já vinha se distanciando, em função de problemas de saúde.

Fátima e André buscavam inserir os trabalhadores da CEAR em processos¹¹ de conversão (Asad, 1996; Das & Poole, 2008; Duarte, Linhares, Taulois & Garcia, 1993), disciplinarização (Foucault, 2014) e macroinstitucionalização (Duarte et. al, 1993), o que também tem sido feito por outros grupos e instituições, como trato nos próximos capítulos. Várias de suas queixas estão relacionadas ao fato de os trabalhadores serem recalcitrantes a esses processos, que são conduzidos por dona Fátima e seu André no sentido do "Paradigma

¹¹ Nos próximos capítulos, faço abordagens mais detidas desses conceitos.

da Libertação" (Dullo, 2013), o qual, constituindo-se em um paradigma que atravessa a Teologia da Libertação, não se limita a ela¹², e se pauta na "humanização do oprimido, alavancando o seu reconhecimento como sujeito" (Dullo, 2013, p. 320). No entanto, concomitante à vivência desse paradigma passa a vigorar um "Paradigma da Inclusão" (Dullo, 2013). A inserção de galpões, como a CEAR, no sistema de coleta seletiva pública, com sua adequação a exigências do Estado e de empresas privadas, a fim de constituir parcerias, marca a consolidação da ideia de incluir, em detrimento da libertação que fomentava as "utopias" do irmão Antônio Cecchin, o qual apontava para um modelo de coleta seletiva em entrepostos e que não via a necessidade da superação da presença de catadores nas ruas da cidade, apontando para um vínculo entre catadores e a sua comunidade. A inclusão não pressupõe a transformação completa da sociedade, mas emprego para os pobres, "para que eles sejam 'incluídos' no sistema *tal como este se encontra*" (Dullo, 2013, p. 323, destaque adicionado). O que proponho não é uma análise da transição de um modelo para o outro, mas o reconhecimento dessa dupla presença, que carrega consigo uma dinâmica própria, em cujo fluxo, vai se constituindo a CEAR Sepé Tiaraju.

¹² Abrangendo, de acordo com Dullo (2013), o Teatro do Oprimido de Augusto Boal, a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire e a Psicoterapia do Oprimido de Alfredo Moffatt.

CAPÍTULO II

O Estado e o lixo

Os dias de minhas primeiras idas à Cooperativa foram marcados pela preocupação quanto à falta de material para ser separado no galpão. Dona Fátima e a assistente social Luana estavam, a todo o momento, recebendo e fazendo ligações pelo celular, contatando pessoas ligadas ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Elas faziam reclamações, pediam providências, relatavam a situação dos trabalhadores. O problema era de responsabilidade de quem fornece o lixo que é triado na CEAR: a Prefeitura.

A relação com o Estado é parte relevante do cotidiano da Cooperativa. Não poderia ser diferente: o terreno e os prédios em que funcionam a CEAR são de propriedade da Prefeitura, que além de fornecer o material, repassa mensalmente uma verba que, de acordo com Núbia, é indispensável para a manutenção da Cooperativa. Além disso, cabe lembrar que a história da CEAR está intimamente marcada pela presença do Estado. Uma comissão de vereadores participou da constituição da Cooperativa, cujo terreno foi obtido com uso de recursos destinados por meio do Orçamento Participativo. Em um material produzido pela Prefeitura de Porto Alegre e pela Cooperativa Mãos Verdes (Voigt, 2016, p. 129), Núbia relata sua primeira interação com esse grupo de vereadores: "Vocês vieram aqui para fazer campanha política ou oferecer alguma alternativa de trabalho digno para esses jovens? Eles não pretendem passar a vida toda no lixo".

É justamente sobre essa relação com o Estado, que, nesse contexto, figura como "Prefeitura", mas também como "DMLU", que pretendo tratar neste capítulo. Essa relação sofreu duas impactantes mudanças durante minha pesquisa de campo. O início da pesquisa se deu concomitantemente a uma delas, a aplicação do Programa "Todos Somos Porto Alegre" (TSPOA). A falta de material que tanto preocupava minhas interlocutoras tem a ver com alterações que acompanharam a implementação desse programa.

Nos últimos meses, a relação tem mudado substancialmente, já que, com a posse de um novo prefeito, uma parte do pessoal que trabalhava no DMLU foi substituída. Como a Prefeitura não só trocou de chefia, mas passou a ser comandada por outra aliança de partidos que não aquela que a vinha assumindo nos últimos anos, não mudou apenas o pessoal, mas os

objetivos e as visões acerca da gestão do lixo na cidade, o que impacta na relação Estado-Cooperativa, produzindo efeitos sobre o trabalho lá executado.

Neste capítulo também abordo de que maneira a CEAR reage ao Estado. Os agrupamentos constituídos entre galpões são espaços em que a relação da Prefeitura com as diferentes Unidades de Triagem é compartilhada, possibilitando-os buscar, coletivamente, alternativas aos problemas que decorrem da interação com o executivo municipal. Além disso, diante desses mesmos problemas, as lideranças dos galpões mobilizam o Estado contra o Estado. Elas buscam no judiciário a defesa de seus interesses, contando com o apoio de procuradores e de defensores públicos.

2.1 Primeira mudança: programa "Todos Somos Porto Alegre"

O motivo da falta de material na época de minhas primeiras idas à Cooperativa era a mudança no pessoal responsável pela coleta seletiva na cidade. Em setembro de 2015, a Cooperativa de Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre (Cootravipa) passou a realizar a coleta do lixo reciclável nos bairros, substituindo uma empresa privada, sobre a qual pairavam suspeitas de desvio de material, como me relatou Dona Fátima. Essa mudança veio acompanhada de um período de adaptação, em que a quantidade e a qualidade das cargas de material declinaram radicalmente.

Nesses dias de adaptação da Cootravipa, os trabalhadores da CEAR ficavam, em alguns turnos, sem material para triar. Eles permaneciam sentados, conversando, à espera de cargas. Fátima reclamou sobre isso a mim, como relatei no último capítulo. Num outro dia, almoçávamos Fátima, André, Luana e eu, e eles comentavam sobre como a falta de material deixava os trabalhadores depressivos, o que me chamou a atenção: os trabalhadores e o lixo têm uma relação mais íntima do que eu supusera. Os trabalhadores que transformam o lixo, também são transformados por ele (Ingold, 2015, pp. 57, 63). Se a sua presença os faz se movimentarem, triarem, enfardarem, varrerem, se cansarem, sua ausência os deprime. O lixo mexe com seus corpos. A falta de lixo, também.

A alteração na coleta seletiva fora apenas uma das mudanças efetuadas pela Prefeitura no sistema de reciclagem da cidade. A aplicação do Programa "Todos Somos Porto Alegre" pretendia impactar no cotidiano de todos os catadores da cidade. O programa tinha por

objetivo inserir os catadores que não trabalhavam em UTs no mercado formal de empregos. Já os que trabalhavam em UTs seriam impactados por um projeto de reestruturação desses galpões.

O Programa "Todos Somos Porto Alegre" não era completamente estatal. Além de ser proposto e conduzido pela Cooperativa de Trabalhadores e Gestores Socioambientais Mãos Verdes, empresas privadas o promoveram e financiaram. O patrocínio mais importante, no entanto, era do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A parceria com o BNDES significou a adequação do programa a uma série de exigências formais e burocráticas, segundo relatam suas lideranças (Voigt, 2016, pp. 47-48).

A elaboração desse programa está relacionada à instituição do Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana. Esse programa fora instituído por uma lei municipal de setembro de 2008 que estabelecia o prazo de oito anos para que fosse proibida, em Porto Alegre, a circulação de carroças e carrinhos, os Veículos de Tração Animal (VTAs) e Humana (VTHs), respectivamente. A proibição não se aplicaria às áreas periféricas e rururbanas. Esses veículos são utilizados por catadores, conhecidos como carroceiros e carrinheiros, para coletar material reciclável nos bairros de Porto Alegre. Esse material, depois de separado, é comercializado. A lei que prescrevia a proibição do tráfego de VTAs e VTHs, portanto, implicava na ilegalização da atividade de carroceiros e carrinheiros. Segundo o então Secretário de Governança Local, foi diante desse "dilema ético" (Busatto, 2016, p. 32), proibir o exercício do trabalho de catadores sem lhes oferecer alternativas, que se estabeleceu a "parceria entre o poder público e a iniciativa privada" (Busatto, 2016, p. 32).

O Programa "Todos Somos Porto Alegre" foi articulado em três projetos: Projeto 1, que almejava incluir carroceiros e carrinheiros no mercado de trabalho formal; Projeto 2, cujo objetivo era reestruturar o Sistema Popular de Reciclagem; Projeto 3, que consistia em um projeto de Educação Ambiental. Com esses projetos, o programa poderia se estabelecer como uma política pública integral e transversal, como diagnosticava um de seus propositores (Voigt, 2016, p. 56).

O projeto que incidia diretamente sobre as UTs era o Projeto 2. Segundo seus gestores, o principal objetivo desse projeto era:

Elevar a produção e qualificar a infraestrutura das Unidades de Triagem conveniadas com o DMLU, para, com isso, melhorar as condições de trabalho e renda de recicladores, além de aperfeiçoar o sistema de reciclagem dos materiais recolhidos pela coleta seletiva de Porto Alegre. (Voigt, 2016, p. 104).

A primeira vez em que ouvi falar desse projeto, bem como do TSPOA em geral, foi quando Fátima me apresentou à assistente social Luana, que era assessora da CEAR. A presença de "assessores técnicos"¹³ nas UTs era uma das ações do Projeto 2. Esses assessores deveriam acompanhar o cotidiano das UTs, implantando a metodologia do TSPOA nesses locais, além de produzir diagnósticos mensais da situação da Unidade de Triagem onde estivessem operando. O diagnóstico que Luana elaborou sobre a CEAR indicou que essa UT "se encontrava em estágio mais avançado em relação às demais" (Voigt, 2016, p. 108). Conversando com Luana, ela insistia que a CEAR era modelo para as outras Unidades de Triagem.

Além dos assessores, o Projeto 2 levava engenheiros e outros profissionais às UTs, a fim de realizar estudos técnicos que balizassem as obras que fossem empreendidas, inclusive em caráter emergencial, contando com o financiamento de empresas privadas. Esse projeto ainda ofereceu "treinamento e qualificação" às lideranças das UTs, bem como um curso de cooperativismo, para que as unidades cujo estatuto jurídico fosse de "associação" mudassem para o de "cooperativa", seguindo uma exigência legal. (Voigt, 2016, pp. 109-121).

O espaço de Luana não era o galpão. Quando eu ia à Cooperativa, ela exercia suas funções quase sempre diante de um computador. Ela se ocupava de planilhas, dos registros dos associados, de notas fiscais. Em maio de 2015, fui à CEAR alguns dias depois de o pessoal de lá ter sofrido um assalto à mão armada. Luana, junto com Núbia, estava cuidando de uma papelada a fim de alterar o sistema de pagamento dos trabalhadores. Esse assalto tinha ocorrido em uma sexta-feira, dia de comercializar o material triado e também de se fazer a partilha; portanto, havia dinheiro na Cooperativa, que foi tomado pelos assaltantes, resultando em uma partilha muito baixa, naquela semana. Em função disso, o pagamento que era feito semanalmente em espécie, passaria a ser quinzenalmente depositado em uma conta bancária. Isso implicava em uma adaptação dos trabalhadores, que não utilizavam contas bancárias e que não possuíam toda a documentação necessária para abrir uma conta. Luana, junto com Núbia, conduziu essa mudança. Elas prepararam a papelada necessária para que os

¹³ No capítulo III, me deterei na presença de assessores e assistentes sociais na CEAR. A atuação de Luana será abordada no presente capítulo em função de sua participação em um projeto gerenciado pela Prefeitura, o que a constitui parte da relação da Cooperativa com o Estado.

trabalhadores criassem suas contas. Como eles não tinham comprovantes de residência – isto é, correspondências ou contas de água, luz ou telefone –, Luana preparou um documento que, assinado pela presidenta da Cooperativa, atestava que eles residiam no endereço em que funciona a CEAR.

Luana assessorava o processo da partilha. A partilha é calculada em uma planilha, no computador, em que são colocados os rendimentos obtidos com a venda do material, os quais, subtraídas eventuais despesas da Cooperativa, são divididos entre todos os trabalhadores, proporcionalmente aos dias em que cada um trabalhou. Com o fim do TSPOA e a diminuição das idas de Luana à CEAR, Núbia teve que aprender a fazer esse processo de partilha sozinha. Já a escutei mais de uma vez creditando o modelo de partilha adotado à Luana, com quem aprendeu a lidar com as planilhas.

Assim, a "assessoria técnica", no contexto do TSPOA, se constitui em uma ferramenta de adaptação dos trabalhadores da UTs aos códigos e às práticas que caracterizam aquilo que se tem entendido como sociedade ocidental moderna. Um dos propositores do TSPOA já o apontava como uma política pública "civilizatória" (Voigt, 2016, p. 55). Poderíamos, portanto, identificar os "assessores técnicos" como "pedagogos da conversão", aproximando-nos dos estudos de Veena Das e Deborah Poole (2008, p. 24) sobre as margens do Estado. Desse modo, a função dos assessores de "implantação da metodologia" (Voigt, 2016, p. 106) do TSPOA significaria converter os catadores em "sujeitos legais do Estado" (Das & Poole, 2008, p. 24).

Luana foi quem me explicou as categorias com as quais os trabalhadores diferenciam o material, para além da "qualificação técnica do lixo" (Steil & Santos, 2015, p. 207), isto é, para além da separação de acordo com o "tipo e natureza" (expressão técnica empregada pelo DMLU e pela assistente social Jovana) do material. O lixo que vem em cargas com bastante lixo orgânico e/ou com componentes de baixo valor para venda é chamado "borrega". Já o lixo com materiais de mais alto valor e que vem com pouco lixo orgânico é o "filé". Em um dos dias de adaptação da Cootravipa, Fátima discutiu com uma mulher que chegara junto com um caminhão que trazia material. O que lhe incomodava era que os trabalhadores da CEAR tinham visto, quando uma carga chegou mais cedo naquela manhã, que os garis da Cootravipa ficaram com um saco que, pelo que o pessoal da CEAR percebera, estava cheia de latinhas de alumínio. Isso incomodara a todos na Cooperativa. Os trabalhadores foram contar para Fátima, que, assim que essa supervisora da Cootravipa chegou, foi tirar satisfações com ela:

"É o nosso filé!". A mulher, que aparentava não estar completamente interada de como deveria ser feito o procedimento da coleta seletiva, disse que ia resolver essa questão. Não ouvi mais reclamações desse tipo sobre a Cootravipa. No entanto, existe entre o pessoal que trabalha com reciclagem certa desconfiança em relação a essa cooperativa.

Núbia relata que houve um momento em que, na CEAR, se chegava a triar 12 cargas de material por dia, contrastando com a média atual de 24 cargas por mês. Essa redução não se deve apenas à diminuição da quantidade de lixo disponível, mas às mudanças no sistema de triagem. De todo modo, na CEAR é comum se ouvir reclamar de algo que não aparenta estar restrito a essa UT, como demonstra a fala de uma assessora da Cooperativa Mãos Verdes: "Está acontecendo uma crise de material em Porto Alegre". Núbia identifica o começo dessa crise na mudança no pessoal que realiza a coleta seletiva. Entretanto, em campo, já ouvi outras explicações para esse fenômeno.

Quando Luana me explicou as categorias "borrega" e "filé" ela diferenciou a origem e como eram acondicionados esses diferentes tipos de material. O "borrega" seria o lixo que vem de bairros mais pobres, chegando em sacolas de supermercado, geralmente brancas. Já o "filé", que vinha em sacos azuis, era oriundo de bairros de classe média e classe alta. Os exemplos que ela me deu dos bairros de onde vinha esse "filé" foram Cidade Baixa e Moinhos de Vento. Em outro momento, Núbia disse que a CEAR recebia muitas cargas do Centro Histórico e da Cidade Baixa, sendo esses bairros fonte de material ruim. Os fluxos que constituem o lixo são evidenciados ao se lidar com ele. Diferentes formas de consumo e de descarte se fazem mostrar à medida que se entra em contato com o lixo. Nesse sentido, podemos compreender o lixo como "coisa", seguindo a proposta de Tim Ingold (2012). Aproximando o lixo triado na CEAR dessa noção de "coisa", que pode ser entendida como um "nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós" (Ingold, 2012, p. 29), faz-se necessário prestar atenção nesses fluxos que o constituem. Se considerarmos essa multiplicidade de fluxos, que envolve os geradores de lixo, considerando suas particularidades, suas diferentes práticas de consumo e descarte, em seus diferentes bairros, os garis que tomam ou não o "filé" para si, o Estado que controla a coleta desse material, transformando suas propriedades, poderemos entender o lixo como uma "reunião de vidas, e envolver-se com ele, é se juntar à reunião de coisas e pessoas que ele produz" (Steil & Santos, 2015, p. 209). Chamo atenção, também, para a dupla caracterização do lixo da Cidade Baixa, tanto como "borrega" quanto como "filé". Se não levarmos em conta que possa ter ocorrido uma variação no lixo produzido nesse

bairro, considerando que houve um período de dois anos entre as asserções de Luana e de Núbia, podemos cogitar que a forma como um bairro é visto impacta nas percepções que se tem do lixo que ele produz, indo na direção analítica proposta pela ecologia política, que relaciona noções como as de "sujeira" e "estigma" a diferentes regiões, em função das relações de poder que as constituem (Rial & Colombijn, 2016, p. 22).

Durante esses dois anos que separam essas falas, passei a ouvir narrativas que garantiam que o lixo já não era mais o mesmo. Além da baixa quantidade que estaria chegando às UTs, o material que vem é de rentabilidade baixa, ou seja, vem mais "borrega" que "filé". É claro que isso impacta nos rendimentos dos associados, cuja parte na partilha não lhes é tão satisfatória quanto outrora. Mais de uma explicação sobre esse decréscimo na produtividade associada à mudança na qualidade do lixo triado circula na Cooperativa. É bastante comum que se aponte a falta de conscientização das pessoas produtoras de lixo, que não o separariam adequadamente, ou que não fariam o descarte nos dias em que a coleta seletiva passa na sua rua. Essa questão é levantada pelo Programa "Todos Somos Porto Alegre". O Projeto 3 do TSPOA é centrado em "orientar a população a separar os resíduos sólidos pós-consumo de forma adequada, possibilitando o ingresso de maior volume de cargas da coleta seletiva no interior das UTs" (Voigt, 2016, pp. 143-144). Outra explicação ouvida com bastante frequência é a culpabilização dos catadores autônomos, ou "clandestinos". Esses catadores coletam material reciclável nos bairros da cidade e fazem uso de diversos meios para transportá-lo até os espaços onde o separam e o comercializam. São eles os carroceiros e os carrinheiros afetados pela legislação que proíbe o trânsito de VTAs e de VTHs. Há, entretanto, catadores autônomos que utilizam automóveis (em especial do modelo Volkswagen Kombi), bicicletas ou que carregam o material nas próprias costas. O jornal "Zero Hora", em 1º de julho de 2015 (Vargas, 2015), noticiou que menos de 10% dos carroceiros e carrinheiros cadastrados no TSPOA havia entregado suas carroças e carrinhos, pelos quais recebiam do programa uma quantia de aproximadamente mil e quinhentos reais. Nessa mesma reportagem, é citado o caso de um homem que adquiriu uma Kombi ao entregar sua carroça e seu cavalo. No manuseio do lixo, essa realidade é percebida. Núbia justificou o rendimento baixo alcançando com as cargas que recebia dizendo que os "clandestinos" com seus automóveis eram muito eficientes em tomar para si o "filé". Ela disse, também, que os carroceiros e carrinheiros que se viram impedidos de circular com os meios de coleta que utilizavam e que, assim, passaram a usar carrinhos de supermercado ou a carregar os sacos de lixo nas costas, precisaram diminuir a quantidade de material recolhido, e se detiveram em

coletar o "filé", como latinhas de alumínio, cujo valor de comercialização é dez vezes mais alto que o de outros materiais como embalagens cartonadas, ou mesmo garrafas de politereftalato de etileno (PET). A crise econômica¹⁴ vivida no Brasil nos últimos anos também foi levantada como justificativa da piora do material triado: se há mais desempregados, há mais gente que encontra no trabalho autônomo de catação uma forma de sustento, e, também, de incremento da renda, no caso daqueles que desempenham outros serviços. Isso pode ser facilmente observado ao se andar pelas ruas de Porto Alegre: vendedores ambulantes muito frequentemente carregam consigo um saco com latinhas de alumínio e outros materiais, extraíndo *in loco* o "filé" que não chegará às UTs.

Se seguirmos a proposta de Ingold de entender o lixo como "coisa", ele deixa de nos parecer um amontoado de objetos a ocupar espaço, mas se torna "habitante" do mundo, e habitar esse mundo "é se juntar ao processo de formação" (Ingold, 2012, p. 31). Assim, o lixo não é apenas o resultado de interações e situações, mas ele próprio constitui interações e situações, e delas dá testemunho (Almeida, 2016, p. 23). Não podemos, portanto, enxergar a queda na qualidade do lixo, ou a transformação de suas "propriedades" (Ingold, 2015, p. 59), como mero resultado de um processo que agrega uma lei proibitória, um programa de políticas públicas e uma crise econômica. Isso seria reduzi-lo a "objeto", o que contrastaria à proposta que tenho seguido de vê-lo como "coisa" (Ingold, 2012, pp. 27-30). Se o lixo habita o mundo e, portanto, participa da sua formação, as leis, as políticas públicas e as crises que povoam esse mundo são elas próprias constituídas por esse lixo, que dá testemunho delas, o que é percebido no envolvimento com ele.

Não só de lixo o TSPOA é feito. Planilhas, prestações de contas, contratos, e outras documentações também fazem parte da rotina que o DMLU e o TSPOA imprimiram sobre as Unidades de Triagem. Um termo de cooperação, assinado em 2014 pela CEAR e pelo DMLU, garante o fornecimento de material por parte do DMLU, impõe à Cooperativa uma série de obrigações e de proibições. O documento fala desde questões relacionadas ao armazenamento do material e de substâncias inflamáveis, até os usos do imóvel em que funciona a CEAR para usos festivos, político-partidários, religiosos e residenciais. Além disso, ele trata de questões financeiras e burocráticas, definindo quais gastos podem ser feitos com a verba disponibilizada pela Prefeitura, bem como sobre de que maneira deve ser feita a prestação de contas. Diante de descumprimentos de cláusulas do termo e da legislação vigente, de

¹⁴ Magalhães (2016, p. 146) relata, em trabalho sobre catadores em Belo Horizonte, a relação entre crises econômicas nacionais e a opção pelo trabalho de catador.

inadequações na prestação e de outras práticas, o DMLU se reserva o direito de interromper o repasse financeiro que é destinado às UTs. O pessoal do TSPOA justifica intervenções nas Unidades de Triagem em que "eram identificadas falta de transparência, exploração de trabalhadores, condições sub-humanas de trabalho e baixa produtividade" (Voigt, 2016, p. 121). A sanção aplicada aos galpões que não estivessem plenamente adequados às normas do DMLU e do TSPOA lembra-nos à "sanção normalizadora" da disciplinarização em Foucault (2014, p. 174). Luiz Fernando Dias Duarte et al. (1993, p. 5) relaciona essa noção de disciplinarização foucaultiana a um processo de "conversão à cidadania", que opera na construção de uma nova qualidade de sujeitos sociais, consonante às estruturas de funcionamento do Estado moderno. A seguir, retomo o tema da disciplinarização, indicando como isso aparenta ser constituinte da relação que o Estado estabelece com as Unidades de Triagem e com a CEAR, em especial.

2.2 Segunda mudança: nova gestão da prefeitura

Os propositores do Programa "Todos Somos Porto Alegre" reconhecem que, ainda na fase inicial do programa, em 2012, havia um temor de que, dependendo dos resultados das eleições de outubro daquele ano, a continuidade do programa fosse ameaçada, o que não se concretizou, pois o então prefeito se reelegeu. Em 2016, outra eleição municipal, o então vice-prefeito, que, quando vereador, propusera a lei que instituiu o TSPOA, perde para um candidato de uma coligação política diferente da que vinha administrando a cidade nos últimos anos. Essa mudança consolidou a extinção do TSPOA, que já era prevista.

A eleição do novo prefeito significou a mudança do grupo político a ocupar a Prefeitura. A partir de janeiro de 2017, um novo pessoal passou a desempenhar funções nos órgãos do governo municipal, como o DMLU. Essa mudança foi sentida na CEAR. Por volta de junho, Núbia me relatava sua preocupação quanto ao repasse financeiro feito pelo DMLU. Esse dinheiro, garantido pelo termo de cooperação, é utilizado na manutenção da Cooperativa. Com essa verba, Núbia adquire fitilho¹⁵ e paga contas de água e luz, além de utilizá-la com outras despesas, de acordo com uma das cláusulas do termo de cooperação. Sem esse repasse, seria necessária utilizar o dinheiro da partilha para arcar com esses gastos, o que significaria uma diminuição nos rendimentos dos trabalhadores, que já eram considerados baixos, em

¹⁵ Espécie de fita plástica utilizada para amarrar os fardos de material.

razão da qualidade ruim e da pouca quantidade do material triado. Núbia disse que havia "ameaças" de que esse valor deixaria de ser repassado às UTs. O que tem ocorrido, entretanto, é o atraso desse repasse, que, em vez de ocorrer mensalmente, é feito de forma cumulativa em intervalos de tempo maiores e não ordenados.

Além da baixa na qualidade do lixo recebido para a triagem, os trabalhadores da CEAR sentem uma diminuição na quantidade do material. Como mencionei, Núbia narra uma redução no número de cargas diárias, além de que, frequentemente, essas cargas vêm pela metade. Um dia, cheguei na Cooperativa por volta das 15 horas, e ninguém atendeu a campainha. Intrigado a princípio, depois vim a saber que não havia ninguém na CEAR naquele momento, pois o material para triar já havia acabado. A recorrência desse tipo de situação fez com que Núbia e lideranças de outras UTs tentassem adquirir um caminhão, a fim de realizar a coleta diretamente em "polos geradores", a fim de garantir a não interrupção da produção nos galpões. Em outubro de 2017, em função da falta de repasse financeiro da Prefeitura à Cootravipa, a coleta seletiva pública foi interrompida por cinco dias (Vargas, 2017). O caminhão era visto, assim, como uma solução para a instabilidade no fornecimento de material por parte do DMLU; porém, Núbia e as outras lideranças não conseguiam financiá-lo com bancos. Uma empresa de reciclagem de papel com quem comercializam o material triado, no entanto, financiou um caminhão para uso da CEAR e de outra UT.

No decorrer de 2017, passou a ser frequente escutar na Cooperativa preocupações e reclamações acerca das interações com o pessoal do DMLU. Núbia e a assistente social Jovana contaram sobre como houve uma mudança na postura do DMLU em relação às Unidades de Triagem. Antes, de acordo com elas, o DMLU tratava as UTs como uma "família" e as lideranças dos galpões tinham participação nas decisões. Para Núbia e Jovana, isso foi comutado em uma relação vertical, de obediência aos ditames do Departamento. A palavra "ditadura" tem sido frequentemente mobilizada para explicar essa relação, tanto por pessoas da CEAR, quanto por pessoas ligadas a outras UTs.

Em agosto de 2017, uma equipe do programa "Jornal do Almoço", da RBS TV, foi à CEAR para gravar depoimentos sobre a nova política do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) da Prefeitura. Trabalhavam na Cooperativa pessoas que recebiam o

benefício "Aluguel Social"¹⁶". A remoção de suas residências em virtude da realização de obras públicas, era a causa do pagamento desse benefício. Com a mudança na administração da Prefeitura, foi realizado um "pente fino" no recebimento do dinheiro, culminando na suspensão do pagamento e em exigências burocráticas incompatíveis com as práticas dos habitantes daquela região da cidade. A presidenta da CEAR, Núbia, era beneficiária do "Aluguel Social", e, com a sua suspensão, foi despejada de onde vivia. Ela, então, transformou algumas salas do edifício da Cooperativa na sua residência e de seus filhos. Recordo, porém, que o termo de posse proibia o uso do terreno e do edifício das UTs para fins habitacionais. Isso deu início a uma controvérsia com o DMLU, que quer o cumprimento do termo de posse e que Núbia não resida mais na Cooperativa, ao passo que ela afirma não ter como sair de lá antes que o DMHAB cumpra com o que havia sido acordado e pague o "Aluguel Social". Essa é uma das controvérsias que têm alterado o modelo de relação estabelecida com o DMLU.

Um dia, após uma reunião de uma cooperativa de segundo grau composta por galpões, a Cooperativa Central de Comercialização Integrada dos Catadores de Porto Alegre (Comint), Núbia mostrou para mim e para Jovana uma mensagem de áudio enviada por ela para uma promotora do Ministério Público. Nessa mensagem, Núbia relata uma situação que acabara de acontecer. Uma agente do DMLU chegou na CEAR para uma visita, porém se negou a entrar, porque, quando viu cachorros soltos no terreno, achou que poderia pegar bactérias. Núbia diz ter se sentido humilhada por essa interação. De fato, a presença de cães é uma questão apontada como problemática há algum tempo. Esses cães são cuidados pelos trabalhadores, que não querem se livrar deles. Já o DMLU exige que não haja animais no espaço de trabalho da Cooperativa. A solução encontrada foi a construção de um canil, para os cachorros ficarem presos durante os horários de serviço.

Nas reuniões entre catadores de diferentes UTs que pude compartilhar, reclamações sobre a relação com o DMLU são recorrentes. Apesar de a pauta das reuniões não ser essa, os recicladores compartilham, ora interrompendo a reunião, ora estendendo-se depois de finalizada a pauta, suas preocupações e as experiências que vêm tendo com o pessoal do DMLU. A atuação de uma nova supervisora tem gerado polêmica e indignação. Sobre essa supervisora, um reciclador concluiu: "Ela não enxerga como uma cooperativa de reciclagem

¹⁶ No site do DEMHAB, o aluguel social é definido como "um recurso assistencial mensal destinado a atender, em caráter de urgência, famílias que se encontram sem moradia. É um subsídio concedido por seis meses. A família beneficiada recebe uma quantia equivalente ao custo de um aluguel popular".

de lixo, mas como uma empresa". Uma liderança de outra UT contou como essa supervisora havia reclamado do lixo que estava no chão de sua Cooperativa, quando quem colocara aquele material lá, havia sido os garis da Cootravipa. Esses garis tinham saído recentemente e trouxeram a carga em um caminhão pequeno, o que os impossibilitava de depositar o material diretamente no cesto. Assim, essa liderança expressou sua percepção sobre o DMLU: "Eles cobram o que não cumprem". Uma das assessoras, que compartilhava da preocupação dos recicladores, identificava a atuação dessa supervisora como uma "violação aos direitos humanos": "Eu, enquanto assistente social, não posso deixar isso acontecer".

Um dos motivos para a atuação dessa supervisora – a quem me referirei pelo nome fictício de Rosane – ser tão lembrada naquela reunião era que estava prevista para o dia seguinte uma visita dela à CEAR. Núbia estava preocupada com a atribuição de advertências feita por Rosane. Se uma Cooperativa somasse três advertências, haveria intervenção do DMLU. A presença da "sanção normalizadora" nos indica a permanência de dispositivos de disciplinarização (Foucault, 2014), a despeito das mudanças no pessoal da Prefeitura.

No dia da visita, cheguei à Cooperativa por volta das dez horas. Rosane e um fiscal do DMLU aguardavam do lado de fora alguém abrir-lhes o portão. Assim que Jovana a recebeu, Rosane foi diretamente para o galpão, onde começou seu escrutínio. Jovana acompanhava-a. Com postura firme, Rosane dizia o que deveria ser feito e o que não deveria: "Não pode ficar nada à toa por aí!". Ela questionou o porquê de haver um balde vazio e tonéis de óleo junto a uma prensa. Às respostas que lhe eram dadas, ela replicava insatisfeita, como quando disse que se deveria pensar uma alternativa melhor que um balde para o uso que dele é feito. No dia anterior, a liderança da Cooperativa de que Rosane havia reclamado em relação ao lixo no chão, contou que a supervisora reclamara de alguns *bags* contendo material que não estava sendo enfardado. Essa liderança disse que, para compor um fardo do material em questão, era necessário reunir oito *bags* cheios, não sendo suficiente os dois ou três que estavam à disposição. Essa recicladora indicava, rindo, como não lhe fazia sentido a demanda apresentada pela supervisora. Em outro momento, um dos líderes de uma UT relatou sua discussão com Rosane, que havia dito sobre um acumulado de material em seu galpão: "Isso aqui é lixo!"; ao que ele teria retrucado: "Não, isso aqui é material! A senhora não conhece, não é técnica... eu sou profissional!".

O que se percebe aí são diferentes narrativas sobre os mesmo objetos, e, como propõe Ingold (2015, p. 102), "as funções das coisas não são atributos, mas narrativas". Rosane não

reconhece a mesma função ao balde vazio do lado da prensa, nem aos *bags* cheios ociosos, ou ao lixo, que os trabalhadores que com eles lidam, porque ela não conhece as estórias que se criam ao pô-los em uso (Ingold, 2015, pp. 101-104). O balde, usado para facilitar o trabalho de transferir o material triado para o interior da prensa, é tomado pelos trabalhadores como uma ferramenta. Rosane, no entanto, entende o balde em si e por si, e, considerando que se trata de um balde que já serviu como embalagem e que foi descartado – portanto, é lixo –, não leva em conta que

nenhum objeto considerado puramente em si e por si, em termos de seus atributos intrínseco apenas, pode ser uma ferramenta. Descrever uma coisa como uma ferramenta é colocá-la em *relação* com outras coisas dentro de um campo de atividade no qual pode exercer determinado efeito. (Ingold, 2015, p. 101, grifo no original).

Rosane continuou sua inspeção. Foi aos fundos do terreno, dava ordens aos trabalhadores – "Vira! Joga!" – e fotografava. Ela disse para Jovana: "Isso aqui existe tudo uma lei: ou pode, ou não pode!". Sobre os trabalhadores falou: "Eles têm que ser treinados". E falou também sobre o galpão: "Não adianta dizer que está tudo bonito! Quero ver tudo limpinho!". Enquanto ela circulava no galpão, um dos recicladores, que já tinha feito comentários em voz alta sobre Rosane, sem que ela, aparentemente, ouvisse – algo como "a doutora esqueceu-se de tomar seu 'Gardenal'¹⁷ hoje" –, começou a discutir com ela, dizendo que ela atrapalhava o seu trabalho. Ela tentou convencê-lo de que estava ajudando.

Depois de examinar os banheiros e o escritório, Rosane entrou, sem pedir licença, nas salas em que Núbia reside, onde fez perguntas a sua filha e a sua sobrinha. Saindo de lá, escrutinou a cozinha da CEAR, abrindo portas e gavetas, pedindo satisfações sobre o pouco uso daqueles equipamentos. A visita de Rosane e do fiscal constituem-se, assim, em um "exame" disciplinar (Foucault, 2014, pp. 181-188): Rosane inspeciona todo o espaço da Cooperativa a fim de verificar se tudo está funcionando de acordo com as normas, enquanto isso, o fiscal, à parte, preenche um *checklist*, registrando, transcrevendo e homogeneizando as particularidades do cotidiano de cada Unidade de Triagem (Foucault, 2014, p. 185).

A disciplinarização posta em prática pelos agentes da Prefeitura, no contexto da CEAR, não pode ser vista como um processo fechado e linear, mas, sobretudo, poroso e sujeito à recalcitrância dos "indisciplinados". Quando Rosane encerrou sua inspeção, ela se sentou, junto com Jovana, na mesa que ocupavam Núbia e o fiscal do DMLU, e começou a

¹⁷ Gardenal é o nome comercial de um medicamento barbitúrico utilizado como anticonvulsivo, hipnótico e sedativo.

expor os problemas que havia identificado. Diante da forma como ela expressava isso, Núbia foi categórica: "Rosane, tu estás me oprimindo!". A reação de Núbia, bem como a do trabalhador no galpão, é demonstrativa da não completude do processo de disciplinarização que é posto em prática na Cooperativa. Além dessas reações particulares, os recicladores das UTs criaram espaços de integração e de deliberação como forma de responder às ações do Estado, além de se utilizarem de instrumentos jurídicos estatais para manifestarem suas exigências. Os agrupamentos de galpões e o judiciário têm sido inseridos em uma arena de disputas que, a partir do estabelecimento de um modelo de gestão centralizador, coloca os catadores em um lado oposto ao da Prefeitura.

2.3 "A vida política do catador"

Frequentemente, ocorrem, no refeitório da CEAR, reuniões da Comint¹⁸, das quais participam lideranças de algumas UTs, assistentes sociais e uma assessora da Cooperativa Mãos Verdes. Depois de encerrada a reunião, alguns recicladores vão embora, e outros, ficam conversando. Nessas conversas, são compartilhados relatos das visitas de Rosane a seus galpões e suas percepções da relação com a Prefeitura. Rosane, nas inspeções das UTs, compara a Unidade inspecionada com outras, que, ao ver dela, estão em condições melhores, levando a cabo o dispositivo disciplinar da "comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar" (Foucault, 2014, p. 182). Ao entrar em contato com o pessoal dessas outras UTs, que são usadas como parâmetro, a veracidade da avaliação de Rosane é colocada em questão. Na visita à CEAR, Rosane havia dito que fizera um importante trabalho com os trabalhadores de uma cooperativa da Zona Sul. Uma assistente social questionou isso, dizendo que ela apenas fizera uma "dinâmica ridícula". Essa assistente social pôs em dúvida a atuação de Rosane – "Ela espalhou que ela fez uma limpeza nas UTs." – e, também, da Prefeitura – "Eles estão querendo tomar conta das UTs! Ela [Rosane] está fazendo um dossiê. Ela quer provar para a diretoria e para o prefeito que as UTs não funcionam e arranjar outro sistema".

Outro espaço de contato entre recicladores de diferentes galpões é o Fórum de Catadores. Esse fórum é composto por representantes de todas as Unidades de Triagem de Porto Alegre. Em suas reuniões mensais, eles tomam decisões coletivas que podem

¹⁸ Falarei mais detidamente sobre a Comint no próximo capítulo.

influenciar políticas públicas. O Fórum fez parte do Comitê Gestor do Fundo do Programa "Todos Somos Porto Alegre" (Voigt, 2016, pp. 44-45). Segundo Núbia, o Fórum de Catadores é "a vida política do catador". Uma assistente social recomendou que as insatisfações com os agentes do DMLU, recorrentes entre as lideranças da várias UTs, fossem levadas à discussão nas reuniões do Fórum, a fim de que, de lá, saísse uma reivindicação conjunta.

As reuniões do Fórum de Catadores ocorrem no auditório do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul. No cotidiano da Cooperativa, com frequência, faz-se referência a autoridades do judiciário, em especial do Ministério Público, como espaço de defesa dos interesses dos recicladores. Após as visitas de Rosane, o pessoal da Cooperativa entra em contato com procuradores e defensores públicos em busca de garantias. Assim, a postura de Rosane nas inspeções e as "ameaças" do DMLU – como é identificada pelos catadores a possibilidade de sanções, como o corte do repasse financeiro ou do fornecimento de material – mobilizam a "sensibilidade jurídica" (Geertz, 1997, p. 261) dessas pessoas, levando-as a procurar no poder judiciário a solução para o que identificam como um problema. Como mencionado, as interações dos agentes do DMLU foram classificadas por assistentes sociais e pelos catadores como "humilhação", "opressão" e "violação dos direitos humanos". A expressão "tortura psicológica" também foi utilizada.

O uso de mecanismos jurídico-legais para a solução de seus problemas demonstra a apropriação, por parte dos recicladores, de discursos e de práticas que caracterizam experiências políticas modernas identificadas como democráticas e, mesmo, participativas. Essa sua "conversão à cidadania" (Duarte et al., 1993) está inserida em um contexto que assume feições de um processo de "dominação gestonária" (Boltanski, 2013). Nos modos de operação da "dominação gestonária", as disciplinas de gestão são bastante relevantes. Não seria curioso, então, pontuar que Rosane tenha formação em gestão ambiental, nem que engenheiros de produção tenham sido centrais na execução do TSPOA. Nesse modelo, diante da crítica, como as que fazem os recicladores e as assistentes sociais, "a defesa da ordem das coisas existentes dá lugar a explicações" (Boltanski, 2013, p. 449). Essas explicações se sustentam na referência a espaços independentes e neutros, alheios à possibilidade de intervenção dos sujeitos, como, no caso da CEAR, a lei ou o termo de cooperação, ou até mesmo o BNDES, que mudou o cotidiano de alguns galpões com suas exigências para a liberação de recursos. Mas, como ressalta Boltanski (2013, p. 455), a mudança não é um empecilho para os modos de dominação gestonária. É justamente nela que eles se baseiam, valorizando-a e explorando-a.

CAPÍTULO III

Compondo a malha

Desde o começo de minha pesquisa de campo, percebi, em meio às pessoas que circulavam pela CEAR Sepé Tiaraju, um contraste entre aqueles que pertenciam ao galpão, as trabalhadoras e os trabalhadores que lidavam com o lixo, e os que se detinham no edifício que fica na parte da frente da Cooperativa, cujo foco estava na administração, em tabelas e em documentos, isto é, o pessoal que fora vinculado à Pastoral da Ecologia e a assessora do TSPOA, Luana. Entretanto, ainda em minhas conversas iniciais com dona Fátima, outros pertencimentos eram evocados. Um desses refere-se ao Estado, no caso, a Prefeitura, o DMLU e o Programa "Todos Somos Porto Alegre", sobre os quais me distendi no capítulo anterior. Neste, entretanto, pretendo apresentar outros fluxos que também são constituintes da Cooperativa.

Dona Fátima questionava a relação estabelecida com professores e estudantes universitários. Pesquisas e atividades, em diferentes áreas do conhecimento, foram e ainda são levadas a cabo por acadêmicos na Cooperativa. No período da minha pesquisa, alunos de psicologia do Centro Universitário Metodista – IPA, supervisionados por professoras, realizaram estágios e um projeto de extensão na CEAR. Neste capítulo, falo sobre sua atuação na Cooperativa a partir da minha observação e de um artigo escrito por algumas delas, em que a experiência do estágio é abordada.

Outra presença cotidiana na CEAR é a de assessoras. No primeiro momento da pesquisa, a assistente social Luana trabalhava na Cooperativa como assessora do Programa "Todos Somos Porto Alegre". Com o fim desse programa, Luana continuou sua atuação de modo a preparar uma parceria da CEAR com a instituição para a qual ela trabalha atualmente. Nesse ínterim, Jovana, outra assistente social e que também trabalhou como assessora do TSPOA realizou um breve trabalho independente na Cooperativa.

Empresas privadas, como a em que Luana trabalha, se fazem presentes no dia a dia da CEAR. Algumas dessas empresas têm atuado nas Unidades de Triagem a partir de parcerias estabelecidas pelo TSPOA, ou também, a partir do contato engendrado pela comercialização do material triado. Quero abordar sucintamente essa relação das empresas com recicladores,

atentando à forma pela qual minhas interlocutoras a identificam como decorrente da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que institui a noção de "logística reversa"¹⁹.

Trato, ainda, neste capítulo, das associações entre Unidades de Triagem. Frequentemente, ocorrem na CEAR reuniões da Cooperativa Central de Comercialização Integrada dos Catadores de Porto Alegre (Comint), uma cooperativa de segundo grau que reúne algumas UTs com a finalidade de comercializar o material conjuntamente, alcançando preços mais competitivos. Nessas reuniões, entretanto, são discutidos outros assuntos, e são organizadas outras atividades realizadas por essas UTs.

Entendo esses pertencimentos como outros fluxos que constituem a CEAR Sepé Tiaraju, para além dos recicladores, do pessoal da Pastoral da Ecologia e do Estado, compreendendo-a partir da noção de "malha" (Ingold, 2012; 2015). Abordando esses outros fluxos, não procuro fechar a Cooperativa abordando-a como uma entidade estável e acabada, mas, justamente por analisá-la como parte de uma "malha", como "um feixe ou tecido de fios, firmemente reunidos aqui, mas que arrasta pontas soltas ali, que se emaranham com outros fios de outros feixes" (Ingold, 2015, p. 148), atento para a sua possibilidade de crescimento e de movimento (Ingold, 2012, p. 27).

3.1 Universitários na Cooperativa

Logo que cheguei à CEAR, pela primeira vez, dona Fátima relatou experiências que tivera com estudantes e pesquisadores. Percebi que a presença de pessoas ligadas a universidades e outras instituições de ensino superior era recorrente na Cooperativa. A minha própria presença atestava isso. Na semana em que conheci a CEAR, em setembro de 2015, um estudante de arquitetura da UFRGS apresentaria um trabalho de pesquisa envolvendo a Cooperativa em um evento acadêmico, em Pelotas. A abordagem que esse estudante fez teria por base o pensamento do filósofo francês Jacques Derrida. Fátima demonstrou estar bastante incomodada com isso. Ela alegou que não percebeu nenhuma contrapartida advinda desse estudante ao realizar a pesquisa entre eles, tampouco uma disposição ao diálogo. Também não lhe agradava que esse estudo se orientasse por Derrida, "o filósofo da desconstrução", como

¹⁹ A lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a PNRS, define a "logística reversa" como sendo um "instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada".

ela resumiu o autor. Naquela oportunidade, o pessoal da Cooperativa tentou levar uma recicladora ao evento, o que não foi possível, deixando essa recicladora bastante abalada, como contou Fátima.

Fátima contrapôs o projeto dos estudantes da arquitetura a um projeto de extensão do Centro Universitário Metodista – IPA das áreas de psicologia social e de design. Esse projeto, chamado "Costurando Identidades", estava em curso há pouco mais de um ano. Ele era composto por duas professoras e por alguns alunos, entre bolsistas, estagiários e voluntários, que, uma vez por semana, à tarde, reuniam um "Grupo Comunitário". Segundo suas proponentes:

O Grupo Comunitário é realizado pelos acadêmicos de Psicologia por meio de uma roda de conversa com os trabalhadores da reciclagem, com duração de aproximadamente uma hora. O grupo é aberto (participa quem tem interesse), em um ambiente livre de julgamentos em que se prioriza o acolhimento dos relatos de vida, dos saberes e fazeres de cada participante, assim como os sentimentos desencadeados pela dinâmica do próprio grupo. (Cabral et al., 2016, p. 39).

Além disso, elas relatam que eram realizadas conversas informais e sua inserção ocorria de acordo com as "demandas e necessidades" dos trabalhadores e da gestão (Cabral et al., 2016, p. 38) – *i. e.*, dona Fátima e seu André. Um exemplo foi uma atividade realizada próxima ao Natal, que, pelo que me relataram as estudantes de psicologia, era uma demanda das trabalhadoras. As universitárias estavam organizando uma comemoração natalina e providenciariam presentes para dar aos trabalhadores e a seus filhos. O pessoal do IPA, apesar da rotatividade marcada pela alternância dos semestres letivos, e, também, pela rotatividade no grupo de trabalhadores, desenvolveu uma relação próxima com os recicladores.

Os objetivos do grupo do IPA em sua atuação na CEAR são afins à visão do pessoal oriundo da Pastoral da Ecologia, o que, talvez, possa justificar o interesse de dona Fátima na realização desse projeto. No artigo publicado sobre a experiência dos professores e universitários do IPA na Cooperativa, é expresso seu objetivo principal de "fortalecer os trabalhadores da reciclagem associados à cooperativa que faz a gestão da UT, estimulando a criação de uma rede de solidariedade entre eles e a comunidade" (Cabral et al., 2016, p. 37), partindo de uma compreensão da psicologia social como instrumento de transformação de relações de poder. Podemos observar nesse processo de "fortalecimento" dos recicladores, uma proposta de "macroinstitucionalização" (Duarte et al., 1993, p. 16). Nesse sentido, a atuação de psicólogos e estudantes de psicologia, em caráter de intervenção social, pode ser entendida como um "projeto de 'conversão' laica" (Duarte et al., 1993, p. 16) aos valores

liberal-individualistas que caracterizam uma certa "macroinstitucionalidade". A proposta do pessoal do IPA de "aproximar os trabalhadores da luta pela garantia dos direitos sociais e reforçar o protagonismo cidadão" (Cabral et al., 2016, p. 39) é indicativa disso. A inserção desse pessoal também buscou favorecer a "organização do coletivo" (Cabral et al., 2016, p. 40), estimulando a construção de uma "rede de solidariedade", levando em conta "certa atitude de desconfiança e pouca compreensão sobre o que a gestão espera deles [os trabalhadores] e prospecta para eles" (Cabral et al., 2016, p. 39), ou seja, as controvérsias de que tratei no primeiro capítulo. Desse modo, esse grupo universitário lida com o "*software* das atitudes sociais, dos *habitus* compatíveis com o bom funcionamento do processo [de macroinstitucionalização]" (Duarte et al., 1993, p. 16).

Esse projeto é interrompido ao fim de cada semestre letivo, o que significa uma dificuldade em retomá-lo exatamente nos moldes como era operado no semestre anterior. Assim, as atividades relatadas não têm ocorrido regularmente. Outras práticas também são descritas, algumas com finalidade investigativa: "observação participante, rodas de conversa, dinâmicas de grupo, entrevista individual, filme, poesia e carta autobiográfica" (Cabral et al., 2016, p. 38). No primeiro semestre de 2017, acompanhei a atuação do grupo do IPA junto às crianças e aos adolescentes, filhos dos trabalhadores, que ficam no edifício da CEAR, onde brincam e usam os computadores. Os estudantes organizam algumas atividades para essas crianças e adolescentes. Em uma das ocasiões, as universitárias preparam uma festa junina. O refeitório da CEAR foi decorado com bandeirinhas típicas, um *notebook* foi utilizado para tocar músicas temáticas, e um lanche com comidas juninas foi disposto sobre uma mesa. Antes de comerem, foram feitas brincadeiras, como a dança das cadeiras. As crianças não participavam sem alguma relutância. As mais novas, demonstravam disposição. Os adolescentes participavam, mas expressavam certa resistência. Duas crianças não participaram das atividades, continuaram a brincar como antes, sem levar em consideração a presença das estudantes. Na hora de comer, elas mandaram as crianças lavarem suas mãos. Nesse, tanto quanto em outros momentos, como quando as estudantes diziam como as crianças deveriam se portar em relação à comida, as alunas do IPA parecem buscar condicionar os filhos dos trabalhadores da CEAR a um "padrão de hábitos e comportamento" (Elias, 2011, p. 90) ao estilo do "processo civilizador" de Norbert Elias.

3.2 Assessorias privadas

Na maior parte do tempo em que realizei meu trabalho de campo na CEAR, Luana era quem assessorava a Cooperativa. Formada em serviço social, ela era empregada pelo Programa "Todos Somos Porto Alegre" para acompanhar as Unidades de Triagem de acordo com o modelo a que me referi no capítulo anterior. Além da CEAR, ela acompanhava um outro galpão, na Vila dos Papeleiros, próximo à região central de Porto Alegre. Com o fim do TSPOA, alguns de seus assessores foram selecionados pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), para conduzir um projeto com as UTs que guarda algumas semelhanças com o TSPOA. Esse projeto, entretanto, não se estende a todas as Unidades de Triagem. A CEAR Sepé Tiaraju foi uma das que não foi abrangida pelo projeto em 2017. Não obstante, está previsto que a CEAR entre para o projeto em 2018. Em função dessa previsão, Luana continua frequentando a Cooperativa, a fim de garantir que ela esteja em condições de participar do projeto da ABIHPEC. Ela reconhece, todavia, que suas idas à Cooperativa, que, nesse contexto, se tornaram irregulares e pouco frequentes, não são motivadas apenas profissionalmente, mas também tem a ver com a relação pessoal que Luana estabeleceu com a gente de lá. Ela, ainda, vai à CEAR para acompanhar as reuniões da COMINT, assim como outras assessoras.

No fim de 2015, conheci uma assistente social que fora à Cooperativa para conversar com dona Fátima. Ela estava registrando as famílias que seriam removidas de um local nas redondezas, conhecido como Vila São Rafael. Sua atividade não estava diretamente vinculada com a Cooperativa. Em maio de 2016, tive contato com outra assistente social que estava acompanhando a CEAR. Ela era amiga de Luana, estava desempregada e pretendia participar da constituição do centro educativo que Fátima projetava para funcionar no edifício em frente ao galpão. Recentemente, a assistente social de um hospital privado de Porto Alegre fez uma doação de arroz à CEAR e estava disposta a incluí-la em um projeto que poderia destinar recursos para a Cooperativa. Assim, percebe-se uma circulação de assistentes sociais na Cooperativa. São diferentes suas afiliações institucionais e seus projetos, resultando em diferentes modos de atuação.

Uma dessas assistentes sociais é Jovana, que trabalhou na CEAR no segundo semestre de 2017. Assim como Luana, Jovana era assessora do Programa "Todos Somos Porto Alegre". No entanto, ela não foi selecionada pela ABIHPEC. Jovana, então, começou a prestar serviços individualmente às UTs. Profissionalmente, ela se reportava diretamente às lideranças das

Unidades de Triagem. Seus rendimentos, entretanto, eram pagos pelo DMLU, de acordo com um limite monetário estipulado, mediante a apresentação de um recibo que a qualifica como empreendedora individual. Jovana desempenhou esse tipo de serviço em outra UT, antes de ser chamada por Núbia para atuar na CEAR Sepé Tiraju. Como autônoma, o tempo de trabalho de Jovana foi acordado entre as duas.

Núbia vinha assumindo sozinha as funções burocráticas da Cooperativa, como prestações de contas, cálculo da partilha, realização de serviços bancários, preenchimento de planilhas, controle da presença dos sócios. A princípio, a assessoria consistiria em auxiliar na realização dessas tarefas. Núbia costuma reclamar sobre a quantidade de trabalho administrativo que é preciso realizar. Ela, ainda, se queixa de não ter formação para executá-lo, contando com as assessoras para ajudarem-na. Em um dia em que havia poucos trabalhadores fazendo a triagem do material, Jovana se ofereceu para trabalhar na esteira. Núbia não aceitou, dizendo que ela era necessária no escritório, junto a ela. Durante um breve período, a CEAR pôde contar com uma estagiária, encaminhada pela Cooperativa Mãos Verdes, que a ajudava com essas funções burocráticas, mas a interação não foi considerada positiva por Núbia.

Jovana buscava garantir que a Cooperativa estivesse enquadrada dentro da legislação e de qualquer demanda que pudesse ser endereçada pelo DMLU. Ela providenciou livros fiscais para a CEAR, em que ficam registrados todos os gastos e despesas, em acordo com exigências legais. Jovana disse que gostaria de incentivar a retomada da contribuição previdenciária, que fora colocada em prática por alguns meses na época da administração de dona Fátima e de seu André, mas logo foi descontinuada. Ela reconhece, entretanto, que com o valor baixo obtido pela partilha, torna-se difícil dispor dessa contribuição. Ela queria organizar uma "farmacinha", isto é, adquirir alguns remédios e curativos, que estivesse à disposição dos trabalhadores, em especial para casos de acidentes de trabalho. Além disso, Jovana estava à frente da aquisição de extintores de incêndio, a fim de estar em acordo com exigências de segurança do DMLU. Quando da visita de Rosane, Jovana a acompanhou com um caderno e uma caneta na mão, tomando nota de todas as mudanças que ela exigisse, a fim de que pudesse encaminhá-las posteriormente. Diante de tantas exigências, Jovana expressou seu incômodo – "O DMLU exige, exige, exige..." –, mas as justificou – "O prédio é do DMLU. O terreno é do DMLU. As cargas são do DMLU". Assim, em relação à atuação dos universitários do IPA, cujo trabalho de "conversão" se centra no chamado *software* da "macroinstitucionalização", isto é, nas atitudes sociais e nos *habitus*, as assistentes sociais têm

se detido na relação com o "*hardware* que constitui o aparelho do Estado" (Duarte et al., 1993, p. 16), buscando dirimir questões formais e burocráticas, mas que não se restringem ao âmbito das instituições ou das papeladas, produzindo impactos no cotidiano dos trabalhadores da Cooperativa.

Um dos propósitos de Núbia é o de implantar projetos sociais voltados para as pessoas da região, especialmente crianças e jovens, aproveitando o espaço do edifício da Cooperativa. Para tanto, Jovana deveria assumir algumas responsabilidades na execução desses projetos. Como a CEAR não conta com recursos para isso, seria necessário encontrar parcerias. Jovana e Núbia tinham varias ideias sobre o que poderia ser feito e que tipos de parceira poderiam ser buscados. Havia, por exemplo, interesse em usar a cozinha como espaço para cursos, o que levou Jovana a tentar contato com o pessoal responsável pelos cursos na área de gastronomia do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Existe, também, a ideia de se estabelecer um Serviço de Apoio à Família (SAF)²⁰, onde as pessoas da região poderiam contar com apoio de assistentes sociais e psicólogos. Rosane, quando de sua visita, cobrou de Jovana e de Núbia que fosse dado uso para aquele edifício. Disse repetidamente que com um forno industrial como o que há na Cooperativa, é possível assar 16 pães de uma vez, e, então, concluiu: "Isso aqui a gente tem que criar um curso para fazer cozinheira". Rosane, no entanto, não se mostrou muito favorável à proposta de Jovana e de Núbia de implantar um SAF: "Não dá dinheiro!". A ideia de uso que Rosane tinha em mente é algo que permitiria a geração de uma "renda B". Núbia e Jovana não descartavam essa possibilidade, mas também se interessavam pela realização de atividades educativas para jovens e crianças, ou ainda de assistência social para as famílias das adjacências.

Essa divergência em relação ao uso dos espaços da CEAR denota um dissenso não somente entre os recicladores e a gestão do DMLU, mas entre as assessoras das UTs e os agentes do Departamento. As assistentes sociais criticam a lógica empresarial sob a qual Rosane trata as UTs e diagnostica seus problemas. Núbia também questionou isso, quando disse que Rosane estava chegando agora, no sentido de que não conhecia a realidade das Unidades de Triagem. Rosane lhe respondeu: "Eu sempre trabalhei dentro das empresas". Núbia foi efusiva – "Empresas!" – indicando que se tratava de uma realidade completamente

²⁰ No site da Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura de Porto Alegre (FASC), os SAFs são caracterizados: "Realiza ações a famílias que precisam de cuidado, com foco no acesso a informações sobre questões relativas à primeira infância, à adolescência, à juventude, ao envelhecimento e às deficiências, a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. O serviço é referenciado nos CRAS [Centros de Referência de Assistência Social], executado apenas pela rede conveniada".

diferente. Outras questões da atuação da Prefeitura são levantadas pelas assistentes sociais, que afirmam que a supervisora Rosane tem feito severas críticas à atuação dos assessores, dizendo que eles não têm feito nada nas UTs. Elas relataram que Rosane teria recomendado à AHBIPPEC que não renovasse sua parceria com a Cooperativa Mãos Verdes, a qual são vinculados os assessores. Essa controvérsia entre DMLU e as assessoras denota os conflitos engendrados pela transição para um modelo administrativo centralizador.

As assessoras, por acompanharem mais de uma UT, conseguem diferenciar as especificidades de cada galpão das questões que envolvem todo o sistema de reciclagem oficial de Porto Alegre. A baixa quantidade de lixo deixa de ser uma questão particular de cada UT no momento em que pessoas de diferentes Unidades de Triagem entram em contato e compartilham suas experiências, mas também quando uma mesma pessoa toma conhecimento de diferentes galpões, como é o caso da assessora da COMINT, que concluiu que há uma "crise de material" na cidade. Apesar de essa "crise" ser geral, Jovana apontou que, no galpão que ela assessorava antes, a qualidade não era tão ruim e os trabalhadores, inclusive, encontravam no lixo recebido aparelhos eletrônicos em condições de uso e, também, peças de vestuário de boa qualidade. Núbia tem uma percepção similar: reconhece a "crise", mas se queixa de haver UTs em melhor situação que a sua em função da diferente proveniência do material que triam. Assim, o lixo dá testemunho dos diferentes fluxos que o compõem (Almeida, 2016; Ingold, 2015).

A relação dos trabalhadores e da gestão das UTs com os assessores também pode ser permeada por controvérsias. Jovana fazia comparações, indicando como há, na CEAR, uma maior disposição a agir de acordo com exigências formais do que em outros galpões, como aquele onde ela trabalhou anteriormente. Ela relatou como era difícil sua relação com o pessoal desse outro galpão, dando exemplo de como suas sugestões acerca de documentações e prestações de conta não eram escutadas, o que trouxe problemas para essa UT. Na CEAR, Jovana admite que não questiona alguns assuntos, para que não possa ser representada como uma "ameaça". A ameaça que Jovana pode apresentar é a de, na insistência pelo cumprimento das exigências do DMLU, parecer estar mais do lado da Prefeitura, que chega até a Cooperativa na figura de Rosane, que dos trabalhadores que sofrem sua "opressão". Os assessores, então, assumem essa posição ambígua, com um pé no galpão e outro na "macroinstitucionalidade", da qual a Prefeitura é representante. Algumas semanas depois de começar a assessoria na CEAR, Jovana viu-se insatisfeita com práticas e comportamentos que lá experienciou, e decidiu por abandonar o trabalho que estava executando.

3.3 Empresas privadas e a "logística reversa"

O Programa "Todos Somos Porto Alegre", apesar de ter sido instituído no âmbito da Prefeitura de Porto Alegre e de contar com o aparelho estatal, assim como com o financiamento do BNDES, para a sua efetuação, foi executado com a parceria de empresas privadas, que atuaram diretamente nas Unidades de Triagem. Algumas empresas financiaram "melhorias emergenciais", visto que as "obras estruturantes" feitas com recurso do BNDES dependiam da resolução de uma série de questões burocráticas (Voigt, 2016, pp. 113, 116). Essas reformas, no caso da CEAR Sepé Tiaraju, estão previstas para ocorrerem em 2018. A atuação de empresas privadas, por não precisar respeitar o lento cronograma de editais e licitações, ocorre com celeridade.

Alguns meses antes do início de minha pesquisa de campo, algumas "melhorias emergenciais" foram executadas na CEAR pelo Instituto Coca-Cola Brasil, instituto esse ligado a uma grande empresa de produtos alimentícios. Essas "melhorias" produziram impactos significativos no trabalho de triagem do lixo; a principal delas foi a mudança no sistema de triagem que antes acontecia em mesas, alterado para um sistema de esteira. Núbia relata que, antes dessa mudança, havia, no galpão da Cooperativa, cinco mesas e trabalhavam oito pessoas em cada uma. Nessas mesas, as sacolas e os sacos de lixo eram abertos e o material era então lançado para os *bags*, de acordo com o tipo. Com o novo sistema, cada reciclador fica em uma posição nas laterais de uma esteira elétrica, enquanto o material passa por ela. Cada trabalhador se responsabiliza por retirar da esteira e colocar nos *bags* até três tipos de material. Logo onde o lixo cai do cesto para a esteira, dois trabalhadores rasgam os sacos e as sacolas, espalhando o conteúdo em sua superfície. Em seguida, alguém recolhe os restos desses sacos e sacolas. Essas funções – de rasgar e de retirar sacos e sacolas – são caracterizadas pelas placas afixadas no galpão pelo Instituto Coca-Cola Brasil como "pré-triagem", ao passo que a separação do material de acordo com o "tipo e natureza" é indicada como sendo a "triagem" propriamente dita. O que não é recolhido por ninguém, segue para uma caçamba que será destinada a um aterro sanitário. As outras "melhorias" feitas pelo Instituto foram a aquisição de prensas e de uma balança. Assim, os trabalhadores que não estão fazendo a triagem na esteira colocam o material já separado e armazenado em *bags* nas prensas, formando os fardos que serão atados com o fitilho. Posteriormente, esses fardos são pesados na balança, com o fim de se estabelecer o seu valor monetário para comercialização. Geralmente o trabalho de prensar e enfardar o material é feito por homens, enquanto as mulheres se ocupam da triagem na esteira.

Dona Fátima contou-me que a execução dessa "melhoria" envolveu alguns percalços. Ela disse que assim que a reforma foi concluída, eles perceberam que o sistema da esteira não era adequado às particularidades do lixo de Porto Alegre. Fátima falou que a máquina levantava o material, de modo a fazê-lo cair na esteira a partir de certa altura. Assim, os materiais mais leves, em vez de caírem diretamente na esteira, se dispersavam. Essa prática, segundo Fátima, de fazer o lixo cair, tem o objetivo de desintegrá-lo, no caso de materiais que são prensados durante a coleta, o que é comum em algumas cidades brasileiras. Em Porto Alegre, no entanto, o lixo é "solto", isto é, essa prensagem não ocorre. Assim, a queda do lixo, que facilita o trabalho de vários recicladores no país, atrapalhava a separação na CEAR. Diante desse problema, Fátima conta que foi necessário mobilizar o judiciário, para que adequações fossem feitas e os trabalhadores não fossem prejudicados, sendo indenizados pelo tempo de serviço perdido em função da segunda reforma.

Como eu cheguei à Cooperativa quando o sistema de esteira ainda era novidade, não foi difícil ouvir comparações com o sistema antigo. Era com certa deferência que falavam da esteira. A assistente social Luana disse que a CEAR era uma das duas únicas UTs a substituir o método das mesas. Entretanto, assim que eu perguntava se a eficiência do trabalho era incrementada pela mudança, a resposta era negativa: a esteira diminui os rendimentos. Fátima disse que, no princípio, a velocidade era o problema. Os recicladores reclamavam que a esteira era mais rápida que a sua capacidade de triar o material. Diminui-se, então, a velocidade de funcionamento da máquina. Além disso, material de baixa qualidade, como o que a CEAR tem recebido nos últimos anos, dificulta o trabalho na esteira. O reciclador não tem apenas que escolher e separar os materiais nos diferentes *bags*, mas também separá-lo do rejeito que dificulta a visibilidade. Assim, mesmo com velocidade baixa, a esteira é mais veloz que a capacidade dos trabalhadores de triar, que lançam objetos pela esteira no sentido oposto ao que ela corre, com o intuito de que a pessoa que é responsável por recolher objetos daquele tipo, possa fazê-lo, o que não acontecera por falta de visibilidade ou porque a esteira fora mais ágil que o reciclador. Por vezes, de acordo com o volume de material, é necessário desligar a esteira, pois em alguns pontos a quantidade que se acumula é incompatível com a velocidade de trabalho que os recicladores podem alcançar; em contrapartida, quando isso acontece, alguns trabalhadores ficam parados, à espera de que a operação seja normalizada. Núbia sintetiza o uso da esteira: "É confortável, mas não dá produtividade". A "melhoria emergencial" parece ter se convertido em uma "pioria permanente".

Em novembro de 2017, em função do baixo valor da partilha e, conseqüentemente, da dificuldade de preparar refeições na cozinha da Cooperativa – o que implica em fazer os trabalhadores voltarem às suas casas na hora do almoço e voltarem logo em seguida para o turno seguinte, uma complicação para os que moram mais distante –, vários recicladores não compareciam ao trabalho. Um número grande de faltas impacta diretamente na produtividade da CEAR, ainda mais, segundo Núbia, quando o método de triagem adotado é o da esteira. O êxito do trabalho na esteira depende da integração de todos os trabalhadores, ao passo que, no sistema em mesas, a separação pode ser feita de forma mais atomizada. A substituição das mesas significou uma mudança na "ritmicidade" (Ingold, 2015, p. 108) do trabalho executado. Como expressou Núbia: "Na mesa, tu tira [o material] e dá velocidade. Na esteira, ela te dá velocidade". É importante, entretanto, atentar às "improvisações" (Ingold, 2015, p. 110) dos trabalhadores em reação à esteira. No momento em que eles lançam o lixo na contramão da esteira, ou quando eles a desligam por alguns minutos, não aceitando que sua operação transcorra à revelia de sua vontade, os trabalhadores improvisam sua interação com ela, reincorporando-a em suas vidas, o que para Ingold, configura sua "habilidade", que desfaz "os encerramentos e finalidades que a mecanização coloca em seu caminho" (Ingold, 2015, p. 110).

Todos esses benefícios feitos por empresas privadas em Unidades de Triagem são considerados, por essas empresas, como execução de suas responsabilidades, de acordo com a noção de "logística reversa", a que estão sujeitas em cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. As assistentes sociais têm entendido a "logística reversa" como a responsabilidade que as empresas têm pela reciclagem dos resíduos gerados por seus produtos. Elas percebem certa incoerência, pois essas empresas, de fato, não garantem que exatamente o material gerado por elas seja reciclado, em estrita consonância com a ideia de "logística reversa". No entanto, um entendimento rigoroso da "logística reversa" só é aplicado pela lei a casos de produtores de alguns artigos específicos, como agrotóxicos, pilhas, baterias e eletroeletrônicos. Isso não impede minhas interlocutoras de considerar superficiais e ilusórias as "melhorias" conduzidas pelas empresas nas UTs. A elas parece que essas empresas apenas desejam planilhas de produção, para poder atestar, a partir da quantidade de material de cada tipo que é inserida nos processos de reciclagem pelos galpões, a execução do que lhes cabe na "logística reversa". Avaliando os efeitos da PNRS, Magalhães (2016, p. 140-141) aponta a diversidade de motivações que levam empresas, entre outras instituições e agentes, a buscar parcerias com catadores – "seja para seguir a lei, seja para preservar o meio

ambiente, ou para auferir lucros em um mercado até então subterrâneo" –, reconhecendo nisso a reconfiguração da ordem de destinação do lixo produzido pela sociedade brasileira.

Algumas empresas e instituições privadas direcionam seu lixo diretamente à Cooperativa. Quando isso ocorre, se considera que a CEAR está fazendo a coleta diretamente com o "polo gerador". Dona Fátima, uma vez, me relatou sobre uma "doação" de papelão feita pelo Grupo OAS, que administra um estádio de futebol nas cercanias da Cooperativa. No segundo semestre de 2017, a CEAR tem recebido cargas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Esse material é deixado fora do cesto, separado do que é recebido pela coleta seletiva pública, já que deve ser enviada para a PUC-RS uma relação da quantidade de material separado gerado nesse polo.

Interessados na coleta diretamente nos "polos geradores", considerando a baixa qualidade e a inconstância no recebimento do material recolhido pela coleta seletiva pública, foi aventada, entre os recicladores de algumas UTs, a ideia de se adquirir um caminhão. Núbia se interessou por isso, pesquisou caminhões à venda e possibilidades de aquisição. A compra seria feita em conjunto com outras Unidades de Triagem. Esse gasto, no entanto, era mais alto do que o uso do repasse da Prefeitura lhe permitiria, e não foi possível o financiamento por via bancária. A alternativa encontrada foi o financiamento conseguido junto a uma das empresas para as quais a CEAR vende o material triado. Essa empresa, Embapel Reciclagem, se localiza na zona sul de Porto Alegre, e compra papel de várias Unidades de Triagem, incluindo a CEAR. O veículo adquirido é um caminhão-baú usado, que, depois de se providenciar um motorista e de se encontrar "polos geradores", em um processo qualificado por Núbia como "busca ativa", recolherá lixo em Porto Alegre destinando-o para a CEAR e para outra UT da zona norte da cidade. Isso é um exemplo de atividade de beneficiamento de UTs operadas por empresas privadas que são feitas não em função da questão da "logística reversa", mas visando o material de que a UT dispõe. Quando Rosane visitou a CEAR, ela se propôs a conseguir junto a uma empresa privada um contêiner para Núbia armazenar materiais que estava sendo depositado no chão. Núbia negou a oferta, dizendo que conseguiria um contêiner por outros meios. Posteriormente, Núbia justificou a recusa dizendo que não quis aceitar o contêiner porque isso implicaria em comercializar com a empresa que o disponibilizaria, e ela já teria compradores.

3.4 Uma cooperativa de cooperativas

Na CEAR Sepé Tiaraju, às sextas-feiras, a maioria do material triado é comercializada. Os caminhões dos compradores saem da Cooperativa cheios de fardos de papel, papelão, garrafas PET, embalagens de plástico, entre outros materiais. Alguns materiais são armazenados e vendidos em períodos irregulares, como equipamentos eletrônicos, painéis de alumínio e embalagens de *sprays*, cujo comércio ocorre, aproximadamente, a cada seis meses, de acordo com as necessidades dos trabalhadores: "quando tem uma festinha... quando está muito mal a partilha...". Objetos de vidro são depositados em um contêiner, que é recolhido sempre que cheio, com exceção de garrafas de uísques e licores importados e de vidros de perfume, cuja venda não obedece a mesma regularidade da dos demais materiais. O preço, na maioria dos casos, é definido em função da massa de material adquirido, que, depois de enfardado – nos casos em que é possível prensar e enfardar –, é pesado na balança que resultou da parceria com o Instituto Coca-Cola Brasil. Quem adquire esses produtos são, geralmente, atravessadores. Esses atravessadores estocam o material comprado, e, às vezes, o beneficiam, alcançando grandes volumes que são vendidos para empresas recicladoras.

É claro que o valor pago pelos atravessadores é mais baixo do que o que a indústria lhes oferece. No entanto, isso causa certo incômodo entre o pessoal das UTs, pois a discrepância entre esses preços é bastante alta. Para alterar essa situação, a alternativa que eles têm vislumbrado é a de comercializar o material diretamente com as empresas recicladoras, o que apresenta algumas dificuldades. As indústrias adquirem o material em quantidades maiores do que cada UT consegue armazenar em um mês, por exemplo. Além disso, as UTs não possuem o equipamento necessário para realizar o beneficiamento a que os atravessadores submetem alguns materiais.

A solução encontrada por galpões de reciclagem para esse problema em outros locais do Brasil (Magalhães, 2016, p. 134) tem sido a associação de alguns desses galpões, possibilitando a comercialização conjunta do material, em escala industrial. Em Porto Alegre, algumas Unidades de Triagem decidiram se unir e constituir uma cooperativa de segundo grau. A partir dessa união, eles passaram a comercializar conjuntamente embalagens cartonadas²¹ diretamente para uma indústria localizada no estado de Santa Catarina, alcançando valores maiores do que os praticados pelos atravessadores. Para viabilizar essa

²¹ Embalagens cartonadas são também designadas por "embalagens longa vida", ou ainda, em referência à transnacional que as produz, "Tetra Pak".

venda conjunta, é necessário que as UTs participantes enviem, mensalmente, as embalagens cartonadas triadas, prensadas, enfardadas e pesadas à CEAR, onde ficam estocadas até serem colocadas no caminhão que as destinará à empresa recicladora. O transporte do material das Unidades de Triagem até o ponto de concentração, no caso, a CEAR Sepé Tiaraju, é feito por um caminhão disponibilizado pelo DMLU. Já o deslocamento até a indústria é realizado por um serviço de fretes pago pelos galpões que estão participando da venda.

A cooperativa de segundo grau que se constituiu, a Cooperativa Central de Comercialização Integrada dos Catadores de Porto Alegre (Comint), conta com assessorias da Cooperativa Mãos Verdes. As reuniões são conduzidas por uma assessora, estudante universitária, que apresenta as pautas que são debatidas pelos representantes das Unidades de Triagem e pelas outras assessoras dos galpões. Além da venda das embalagens cartonadas, outros temas são abordados, como questões burocráticas relacionadas ao reconhecimento legal da Comint, ou ainda sua identidade visual. A assessora da Comint propõe os temas que serão debatidos e controla para que a reunião não se desvie desses assuntos. Quando o pessoal das UTs discutia as investidas do DMLU nos galpões, essa assessora reestabeleceu a pauta inicial: "Esse assunto não é Comint. É Fórum [de Catadores]!". As propostas de comercialização são trazidas por ela, que recebe o contato inicial dos compradores, como de um industrial que se interessava pela tela de guarda-chuvas e sombrinhas. A assessora leva a proposta até a Comint, que, então, decide se se dispõe a atender a demanda do comprador. Nesse caso, em especial, as UTs deveriam checar as possibilidades de sanar a necessidade da empresa já que ela exigia certo beneficiamento do material triado: seu interesse não era por guarda-chuvas e sombrinhas, mas pela tela deles, com as hastes já retiradas.

A Comint realiza outras atividades para além da comercialização integrada. Em novembro de 2017, o pessoal da Comint passou a atuar no entorno da Arena do Grêmio, um estádio de futebol situado na zona norte da cidade. A administração da Arena promove um projeto chamado "Jogo Limpo, Bairro Limpo", em que contrata, por intermédio do DMLU, os serviços dos recicladores da Comint, que recolhem em *bags* o lixo deixado pelos torcedores fora do estádio. Aqueles que executam esse trabalho recebem um pagamento relativo ao transporte até a Arena e alimentação. Os recicladores, antes mesmo de participarem do projeto, apresentaram ressalvas. Eles questionavam a rentabilidade da participação, já que consideravam que haveria pouco material, uma vez que o estádio fica "no meio da vila", onde há muitos "clandestinos" coletando lixo. De fato, a Arena do Grêmio é localizada na Vila Farrapos, onde, inclusive, mora a maioria dos trabalhadores da CEAR. O pessoal da Comint

também questionava a demora no pagamento pela prestação do serviço: três dias após o evento, o que ainda se estendeu por mais alguns dias. O que eles consideravam adequado era que o pagamento fosse prévio, já que os recicladores teriam que arcar com despesas para participar do projeto. Além disso, era questionado o tipo de trabalho que eles iriam executar, como expressou uma recicladora – "Não vou fazer trabalho de Cootravipa!" –, indicando que seu trabalho era de reciclagem, e não de limpeza, como é o dos garis da Cootravipa. Jovana, que participou desse trabalho na Arena, em que os trabalhadores atuam uniformizados e dispostos a compartilhar suas experiências de trabalho com os torcedores, me disse, dias depois, que o resultado fora um sucesso. Entretanto, ressaltou que o resultado da triagem do que havia sido recolhido era de, aproximadamente, duzentos reais, que, como era um valor muito baixo para ser dividido entre as UTs, seria aplicado em um fundo da Comint. O pessoal da Comint também foi chamado para coletar o lixo em um evento cultural realizado no Auditório Araújo Vianna.

Uma das reuniões da Comint foi feita com a finalidade de se assinar a ata de fundação dessa cooperativa de segundo grau. Para isso, uma contadora, que estava cuidando dessa questão burocrática, foi chamada, trazendo consigo a papelada. No entanto, logo se percebeu que havia uma questão não resolvida: quem poderia assinar a ata? Na reunião, compareceram lideranças de todas as UTs membro da Comint. Mas, para assinar não bastava ser uma liderança reconhecida, mas ser registradamente parte da diretoria da sua UT, ou ainda, ter sido signatário da ata de fundação da sua cooperativa. Assim, o reconhecimento oficial da Comint, que já vem funcionando há vários meses, se viu retardado por mais um tempo.

Em uma reunião anterior a essa, se discutira a identidade visual da Comint. Essa cooperativa fora inserida em um projeto da empresa júnior²² dos cursos de design da UFRGS. Essa empresa júnior elaboraria a identidade visual da cooperativa de segundo grau, produzindo um logotipo para ela. Para tanto, foram realizadas duas reuniões entre a empresa júnior e o pessoal da Comint. Na primeira, a história e as atividades da Comint foram compartilhadas, para que, tomando isso em consideração, fosse desenvolvida uma identidade visual que refletisse aqueles que por meio dela seriam representados. Na segunda reunião, a qual Núbia compareceu sozinha, o resultado foi apresentado. Esse resultado foi exposto detalhadamente, como explicaram Núbia e a assessora, culminando na exibição do logotipo,

²² A lei n.º. 13.267, de 6 de abril de 2016, considera empresa júnior "a entidade organizada [...] sob a forma de associação civil gerida por estudantes matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior, com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho".

que deveria ser avaliado na reunião com os demais membros da Comint, a fim de que deliberassem sua aprovação ou, o que aconteceu, rejeição. Núbia foi sucinta: "Eu achei horrível". A maioria dos membros não gostou. Eles não gostaram do desenho – "Parece o símbolo da Nike²³!" –, nem se viram representados pela figura – "Muito fraco... nós somos um grupo forte". Jovana evocou a união do grupo como diferencial não perceptível na marca: "Eles brigavam entre si; agora, eles estão unidos, depois de 20, 25 anos". Já Núbia retomou a força, em oposição à tibieza do logotipo: "A gente é ogro mesmo!".

²³ Marca de artigos esportivos.

CONCLUSÃO

[...] no momento em que, como filósofo, duvido que o mundo tenha uma ordem, consola-me descobrir, se não uma ordem, pelo menos uma série de conexões em pequenas porções dos negócios do mundo.

Umberto Eco. *O nome da rosa*.

Com esses três capítulos, procurei apresentar alguns dos fluxos que, se entrelaçando, constituem a Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiaraju. Como salientei, a intensa rotatividade dos agentes engendra a composição de um quadro analítico dinâmico, com poucas permanências e nenhuma fixidez. Esses agentes, tal como o material que é triado na esteira, chegam à CEAR, onde afetam e são afetados, e logo seguem sua trajetória, continuamente a compor fluxos que se agregarão em outros nós (Ingold, 2012).

Desentendimentos e doenças fizeram com que dona Fátima, seu André e dona Cristina, se afastassem da CEAR, assim como haviam se afastado da Pastoral da Ecologia; contudo, seu antigo pertencimento era manifesto em suas práticas e discursos, como se estivessem deixando-o vazar. Novos agentes do DMLU surgem, levando a cabo outras práticas e rearranjando aquilo que recentemente fora organizado. Mesmo as pessoas cuja atuação na Cooperativa remonta a bastante tempo, não podem ser entendidas como permanências, já que uma única modificação é suficiente para implicar em alterações de posição. Núbia, por exemplo, fundou a CEAR, passou de um barranco para as mesas, e depois para a esteira, terminando no computador, administrando, fazendo cálculos, preenchendo tabelas, lidando com bancos. Luana, que, assessorando a Cooperativa a partir da parceria com a Prefeitura, era uma presença garantida no cotidiano da CEAR, faz, hoje, visitas esporádicas. Mesmo o lixo, quase sempre presente, mudou com o passar do tempo, produzindo vários impactos. Apesar dessa instabilidade, gostaria de apontar algumas recorrências, alguns fluxos que atravessam longitudinalmente a malha analítica que tentei compor.

Luiz Fernando Dias Duarte et al. (1993) já se dedicaram a tentar compreender de que maneira instituições têm buscado "modernizar" as classes populares, a partir do processo que

eles entendem por "conversão à cidadania". Em sua acepção a cidadania se apresentaria como "a qualidade dos sujeitos livres e iguais de cujo comum interesse e associação decorre teoricamente a realidade do Estado e da Nação" (Duarte et al., 1993, p. 6). O que Duarte et al. não almejam é reduzir essa "cidadanização" a uma conversão à "racionalidade", mas atrelar seu entendimento aos processos de "disciplinarização" e de "macroinstitucionalização". Ao longo dos três capítulos, indiquei de que maneira esses processos poderiam ser observados em diferentes situações envolvendo os trabalhadores da CEAR Sepé Tiaraju. Um número grande de interações, quer de agentes estatais, quer de pessoas ligadas a empresas ou instituições de ensino, com esses trabalhadores parece se pautar por tentativas de convertê-los à cidadania, mas também a outros valores e práticas que caracterizam a modernidade – ou ainda, a pós-modernidade. Portanto, o que expus foram diversas conversões ou tentativas de conversão, o que parece atravessar a experiência das pessoas que trabalham na CEAR, a despeito de tantas mudanças que tenha havido em sua composição.

O que a exposição acerca da relação da Cooperativa com o Estado indicou foi a constituição de diferentes formas de uma "pedagogia da conversão" (Das & Poole, 2008, p. 24). A formação do Programa "Todos Somos Porto Alegre", que incluía representantes dos catadores em sua gestão, e cuja presença nas UTs era feita a partir da presença de assistentes sociais e outros assessores, representou mudanças no relacionamento dos recicladores com o Estado, que precisaram se apropriar de códigos e práticas que caracterizam a relação esperada do Estado com seus cidadãos. A apropriação desses códigos e práticas fica evidente quando, diante de um nova "pedagogia da conversão", agora percebida como "opressiva" pelo pessoal das UTs, os recursos mobilizados como reação, ou mesmo resistência, são aqueles da esfera de resolução de disputas institucionalizada: o judiciário. Desse modo, o que se percebe não são conversões sempre acabadas e coesas, mas, antes, tentativas de conversão em favor de práticas e discursos que ora são negados, ora incorporados, ora reinventados. É importante perceber que esses processos de conversão à modernidade não são "adequadamente capturados pelas simples alternativas da recepção passiva por sujeitos ou resistência ativa por agentes" (Asad, 1996, p. 265 – tradução minha).

Para além do Estado, das assessoras, das professoras e dos estudantes universitários que têm conduzido esses processos de "disciplinarização" e "macroinstitucionalização", a conversão à cidadania também pareceu ser o objetivo do grupo que vinha da Pastoral da Ecologia. Nos discursos de seu André e de dona Fátima, a avaliação negativa da "cultura" dos trabalhadores, e seu diagnóstico da necessidade de uma mudança cultural, indica sua

predisposição a uma conversão de valores e práticas. Eles também se inseriam nos processos de "disciplinarização" e de "macroinstitucionalização", aproximando sua experiência católica de certa expressão da modernidade. Juntamente a conversão à cidadania, entretanto, eram colocados em circulação ideias ecológicas, inserindo uma nova tônica a esse processo conversivo que passa a ser senão exatamente a uma "cidadania ecológica", como a que tem despertado em alguns debates contemporâneos, pelo menos a uma cidadania ecologicamente informada.

Considerando essa proposta de cidadania, não é à toa que dona Fátima se incomoda com a presença de "crentes". A propalada "Teologia da Prosperidade", que orienta as religiosidades pentecostais, é caracterizada pela "exaltação da riqueza, pelo estímulo ao desejo de fruição de bens materiais" (Mariano, 2003, p. 22), o que incorre em uma valorização do consumo, a primeira etapa daquilo que Fátima identifica negativamente como "cultura que bota fora, cultura do descarte". A ênfase no consumo, entretanto, também é característica do "Paradigma da Inclusão" (Dullo, 2013), que, como argumentei no primeiro capítulo, tem balizado a atuação de catadores em sistemas como o das UTs. Assim, podemos perceber a atuação de vários fluxos de conversão impelindo para diferentes expressões do que vem sendo entendido como "cidadania". Há, da parte da Prefeitura, a tentativa de uma conversão desses sujeitos que vivem às suas margens, no sentido de uma "governamentalidade" (Foucault, 2015), que, sustentada em práticas de inclusão, culmina na inserção desses sujeitos nos mercados de trabalho e de consumo, o que não difere da proposta de cidadania dos "crentes". Ao se desenvolver uma contraposição do modelo de cidadania ecologicamente informada a essas outras expressões, percebem-se efeitos conflitivos da "convivência" dos dois paradigmas que os atravessam – o da Libertação e o da Inclusão –, levando a redefinições do que seja a cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, J. F. (2016). *Bom Jardim dos Santos: plantas, religiosidades populares e seus fluxos em Guarani das Missões (RS)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Andrade, P. F. C. de. (2017). *O Testemunho da Igreja junto aos pobres: a Teologia da Libertação ontem e hoje*. Palestra prelecionada no Núcleo de Estudos da Religião da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Asad, T. (1983). Anthropological conceptions of religion: reflections on Geertz. *Man*, 18(2), 237-259.
- Asad, T. (1996). Comments on Conversion. In P. van der Veer (Ed.). *Conversion to Modernities: the globalization of Christianity* (pp. 263-273). New York: Routledge.
- Boltanski, L. (2013). Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. *Sociologia & Antropologia*, 3(6), 441-463.
- Carvalho, I. C. de M. (2008). *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Das, V., & Poole, D. (2008). El Estado y sus márgenes. *Cuadernos de Antropología Social*, 27, 19-52.
- Duarte, L. F. D., Linhares, L. B., Taulois, M. R., & Garcia, M. H. (1993). Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 8(22), pp. 5-19.
- Dullo, C. E. V. (2013). *A produção de subjetividades democráticas e a formação do secular no Brasil a partir da Pedagogia de Paulo Freire* (Tese de doutorado). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Elias, N. (2011). *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Evans-Pritchard, E. E. (2005). Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo. In E. E. Evans Pritchard. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande* (apêndice IV, pp. 243-255). Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Evans-Pritchard, E. E. (2008). *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2015). A governamentalidade. In M. Foucault. *Microfísica do poder* (pp. 407-431). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Geertz, C. (1997). *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.
- Ingold, T. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18 (37), pp. 25-44.
- Ingold, T. (2015). *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes.
- Lima, M. R. P. (2017). Plasticidades recriadas: conhecimento sensível, valor e indeterminação na atividade dos catadores de recicláveis. *Sociologia & Antropologia*, 7(1), 209-238.
- Magalhães, B. J. (2016). Liminaridade e exclusão: caracterização permanente ou transitória das relações entre catadores e a sociedade brasileira? In B. C. J. Pereira, & F. L. Goes (Orgs.). *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional* (pp. 123-150). Rio de Janeiro: Ipea.
- Mariano, R. (2003). Guerra espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais. *Debates do NER*, 4(4), 21-34.
- Pieve, S. M. N. (2014). *Romaria das Águas e Caminho de Sepé Tiaraju: religião, território e cosmopolítica no Rio Grande do Sul* (Tese de doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

- Rial, C., & Colombijn, F. (2016). Abordagens antropológicas dos resíduos sólidos em sociedades pós-industriais. In C. Rial (Org.). *O poder do lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos* (pp. 43-64). Rio de Janeiro: ABA Publicações.
- Serbin, K. (2008). *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Steil, C. A., & Carvalho, I. C. de M. (2014). Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. *Mana*, 20(1), 163-183.
- Steil, C. A., & Herrera, S. R. (2010). Catolicismo e ciências sociais no Brasil: mudanças de foco e perspectiva num objeto de estudo. *Sociologias*, 12(23), 354-393.
- Steil, C. A., & Santos, J. M. G. (2015). No rastro do lixo: religião e vulnerabilidade social em movimento. In E. Giumbelli, & F. Tavares (Orgs.). *Religião e temas de pesquisa contemporâneos: diálogos antropológicos*. Salvador: EDUFBA/ABA Publicações.

Material documental:

- Alves, C. A. de A. (2012). *Deus na periferia do mundo: um estudo sobre o Núcleo de Pastoral da Região das Ilhas de Porto Alegre* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Busatto, C. (2016). Uma aliança virtuosa. In L. Voigt (Org.). *Todos somos Porto Alegre: programa de inclusão na reciclagem* (p. 32). Porto Alegre: Editora da Cidade.
- Cabral, N., Vargas, I. C., Fagundes, I. C., Santos, F. B. dos, & Ribeiro, N. C. (2016). Do lixo à reciclagem: ressignificando saberes e fazeres. *Diálogo*, 31, 31-45.
- Cecchin, A. (2015a). Oitavo Povo das Missões. In Grupo Ecomulheres (Org.). *Oitavo Povo das Missões: além da reciclagem (no feminino)* (vol. 2, pp. 13-17). Porto Alegre: Libretos.
- Cecchin, A. (2015b). 1992 – Santa Maria convoca o Brasil para a reciclagem. In Grupo Ecomulheres (Org.). *Oitavo Povo das Missões: além da reciclagem (no feminino)* (vol. 2, pp. 57-74). Porto Alegre: Libretos.

- Cecchin, A., & Cecchin, M. (2015b). O começo de todas as histórias. In Grupo Ecomulheres (Org.). *Oitavo Povo das Missões: além da reciclagem (no feminino)* (vol. 2, pp. 18-19). Porto Alegre: Libretos.
- Cecchin, A., & Cecchin, M. (2015a). O começo de todas as histórias. In Grupo Ecomulheres (Org.). *Oitavo Povo das Missões: além da reciclagem (no feminino)* (vol. 2, pp. 18-19). Porto Alegre: Libretos.
- Cecchin, A., & Cecchin, M. (Orgs.). (2015b). *Oitavo Povo das Missões: além da reciclagem (no feminino)* (vol. 1). Porto Alegre: Libretos.
- Cecchin, A., & Cecchin, M. (2015c). Reciclagem de lixo em associação de mulheres papeleiras. In Grupo Ecomulheres (Org.). *Oitavo Povo das Missões: além da reciclagem (no feminino)* (vol. 2, pp. 48-54). Porto Alegre: Libretos.
- Cecchin, A., & Cecchin, M. (2015d). 1987 – O ano das primeiras associações. In Grupo Ecomulheres (Org.). *Oitavo Povo das Missões: além da reciclagem (no feminino)* (vol. 2, pp. 44-47). Porto Alegre: Libretos.
- Departamento Municipal de Habitação. (n.d.). *Aluguel Social*. Recuperado de http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=116.
- Fundação de Assistência Social e Cidadania. (n.d.). *Proteção Social Básica*. Recuperado de http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=115.
- Grupo Ecomulheres (Org.). *Oitavo Povo das Missões: além da reciclagem (no feminino)* (vol. 2). Porto Alegre: Libretos.
- Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. (2010). Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm.
- Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016*. (2016). Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior. Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13267.htm.

- Mais de duas mil famílias sofrem com falta do pagamento do aluguel social em Porto Alegre. (2017, agosto 5). *Jornal do Almoço*. Recuperado de <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/v/mais-de-duas-mil-familias-sofrem-com-falta-do-pagamento-do-aluguel-social-em-porto-alegre/6058466/>.
- Pieve, S., & Korting, M. S. (2015). Irmã Mare-Ève e o início da reciclagem. In Grupo Ecomulheres (Org.). *Oitavo Povo das Missões: além da reciclagem (no feminino)* (vol. 2, pp. 37-40). Porto Alegre: Libretos.
- Vargas, B. (2015, julho 1). Menos de 10% das carroças foram entregues em Porto Alegre. *Zero Hora*. Recuperado de <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/07/menos-de-10-das-carrocas-foram-entregues-em-porto-alegre-4792918.html>.
- Vargas, B. (2017, outubro 9). Entenda por que Porto Alegre ficou cinco dias sem coleta seletiva. *Zero Hora*. Recuperado de <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/10/entenda-por-que-porto-alegre-ficou-cinco-dias-sem-coleta-seletivaaj8kuhc8400xa01olzsuq7x07.html>.
- Voigt, L. (Org.). (2016). *Todos somos Porto Alegre: programa de inclusão na reciclagem*. Porto Alegre: Editora da Cidade.